

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PRODUÇÃO EM MASSA E MANIPULAÇÃO DO CONSUMO:
CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA CRÍTICA LUKACSIANA**

Mestranda: Juliana Thais Matos Andrade

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lara

Florianópolis – SC

Fevereiro de 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PRODUÇÃO EM MASSA E MANIPULAÇÃO DO CONSUMO:
CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA CRÍTICA LUKACSIANA**

Dissertação de mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da
UFSC.

Linha de pesquisa: Questão social,
trabalho e emancipação humana.

Banca examinadora:

Márcia Regina Goulart Stemmer (Presidente - UFSC)

Beatriz Augusto de Paiva (Membro - UFSC)

Vânia Maria Manfroi (Membro - UFSC)

Fernando Leitão Rocha Junior (Membro - UFVJM)

Soraya Franzoni Conde (Suplente - UFSC)

Florianópolis – SC

Fevereiro de 2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Andrade, Juliana Thais Matos

Produção em massa e manipulação do consumo : considerações
a partir da crítica lukacsiana / Juliana Thais Matos
Andrade ; orientador, Ricardo Lara - Florianópolis, SC,
2015.

145 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço Social. 2. Necessidades humanas. 3. Produção
em massa. 4. Consumo em massa. 5. Manipulação do consumo.
I. Lara, Ricardo. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III.
Título.

*“Vender-lhe-íamos tudo quanto você necessitasse
se não preferíssemos que você precisasse
do que temos para vender-lhe.”*

“A caverna”, de José Saramago

*“[...] Agora sou anúncio,
ora vulgar ora bizarro,
em língua nacional ou em qualquer língua
(qualquer, principalmente).
E nisto me comparo, tiro glória
de minha anulação.
Não sou - vê lá - anúncio contratado.
Eu é que mimosamente pago
para anunciar, para vender
em bares festas praias pérgulas piscinas,
e bem à vista exibo esta etiqueta
global no corpo que desiste
de ser veste e sandália de uma essência
tão viva, independente,
que moda ou suborno algum a compromete.
Onde terei jogado fora
meu gosto e capacidade de escolher,
minhas idiossincrasias tão pessoais,
tão minhas que no rosto se espelhavam
e cada gesto, cada olhar
cada vinco da roupa
Por me ostentar assim, tão orgulhoso
de ser não eu, mas artigo industrial,
peço que meu nome retifiquem.
Já não me convém o título de homem.
Meu nome novo é coisa.
Eu sou a coisa, coisamente.”*

“Eu, etiqueta”, de Carlos Drummond de Andrade

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Luiz Aquiles Andrade e Marilda de Matos Andrade, e irmãos Luiz Henrique de Matos Andrade e Geisa Rafaela Andrade, que me deram amor e segurança em todos os momentos. Este trabalho é dedicado inteiramente a eles.

Agradeço ao meu orientador Prof. Ricardo Lara pelas contribuições e direcionamento na pesquisa.

Aos amigos, especialmente à Vanessa Eidam e Maria Cecilia Olivio, a família que tive a sorte de encontrar no caminho da pesquisa. Agradeço também a Reginaldo França, Kathiucha Bertollo, Marlon Garcia, Edivane de Jesus e Daniele Cima por todos os brindes, abraços, sorrisos e lágrimas, fundamentais nestes dois anos de mestrado. E a todos os demais amigos do Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Questão Social na América Latina (NEPTQSAL) e do curso de Ciências Econômicas.

Agradeço também ao meu primo Fábio Gubiani pelo companheirismo e, por fim, àquelas que mesmo distantes estiveram sempre comigo: Sandra Regina Rempel e Elis Marina Carraro.

Produção em massa e manipulação do consumo: considerações a partir da crítica lukacsiana

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o fenômeno da manipulação no campo do consumo a partir da crítica lukacsiana. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que compreenderá fundamentalmente uma retomada às principais obras de autores clássicos do marxismo tais como K. Marx, V. Lenin, A. Gramsci e G. Lukács, no intuito de oferecer a fundamentação teórico-metodológica para a compreensão das raízes causais da produção e do consumo em massa no século XX e, a partir disso, fará uma abordagem da crítica de Lukács ao fenômeno da manipulação, dando ênfase ao campo do consumo. O recorte histórico apresentado na análise do objeto refere-se aos marcos do advento da produção em massa com o padrão fordista de acumulação, contexto em que o fenômeno da manipulação ganha legitimidade no campo do consumo, alterando substancialmente a dinâmica social.

Palavras-chave: Necessidades humanas; acumulação capitalista; produção em massa; consumo em massa; manipulação do consumo.

Mass production and consumption manipulating: considerations
under lukacsian criticism

ABSTRACT

The present work intends to analyze the manipulating phenomenon on the consumption side under lukacsian critics. This bibliographic research comprehends ultimately a resumption of classic Marxism authors, as K. Marx, V. Lenin, A. Gramsci and G. Lukács, aiming to offer fundamental theoretical-methodological for the comprehension of causal roots of mass consumption over the XX century and, from this, approach Lukács criticism to the manipulating phenomenon over the consume field. This present historical cut-out on the object analysis refers to milestones on mass production by fordist accumulation pattern, in a context which guarantees legitimacy of manipulation on consuming, substantially changing social dynamics.

Key-words: Human needs; capitalist accumulation; mass production; mass consumption; consumption manipulating.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. COMPLEXOS COMPOSTOS POR COMPLEXOS: TRABALHO, ALIENAÇÃO E IDEOLOGIA.....	22
2.1. Trabalho: mediação do metabolismo da sociedade com a natureza.....	22
2.2. Produção capitalista de mercadorias: alienação, fetichismo e reificação.....	36
2.3. Os complexos de estranhamentos.....	57
3. PRODUÇÃO EM MASSA E MANIPULAÇÃO DO CONSUMO.....	78
3.1. Aspectos gerais da redução do tempo de trabalho e do aumento da produtividade.....	78
3.2. Fundamentos históricos do processo de concentração e centralização: o capitalismo monopolista.....	96
3.3. Produção em massa: o fordismo e os novos hábitos de consumo no início do século XX.....	110
3.4. A manipulação no campo do consumo.....	123
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
5. REFERÊNCIAS.....	143

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma leitura despretenhosa do livro “A Caverna” do escritor português José Saramago. A aproximação com a obra de Saramago, ainda no ano de 2010, chamou a atenção para a esfera do consumo, resultando na intenção de pesquisar como ocorre a manipulação no campo do consumo na produção capitalista. Em “A Caverna”, Saramago faz uma analogia ao mito da caverna de Platão através de uma crítica à produção capitalista de mercadorias, e, ao contar a história de uma família de oleiros, consegue abordar de forma eminente a categoria alienação, eixo central para uma compreensão histórica do fenômeno da manipulação.

O desenvolvimento dessa pesquisa também é resultado de um particular interesse pelo campo da economia política que se desenvolveu através de uma afinidade com a teoria do valor trabalho e encontrou forte sustento filosófico na obra de György Lukács. Assim, para a análise do tema em questão, parte-se da compreensão da produção e da reprodução da vida humana sob a ordem do capitalismo manipulatório, pois, uma análise radicalmente histórica da realidade social deve partir de uma perspectiva ontológica.

Diante disso, este trabalho objetiva analisar o fenômeno da manipulação no campo do consumo a partir da crítica lukacsiana. Para tanto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que será pautada em uma análise categorial acerca da produção capitalista de mercadorias em sua tendência histórica à diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário, e do surgimento da produção em massa e do fenômeno da

manipulação, análise esta que será realizada essencialmente através de autores e textos clássicos. Ademais, o recorte histórico apresentado na análise do objeto refere-se aos marcos do advento da produção em massa, contexto em que se manifesta a gênese da manipulação do consumo.

Fazer este percurso requer intensa análise teórica na medida em que exige abordar, recorrentemente, o conflito entre capital e trabalho através de discussões acerca da alienação, do estranhamento e do fetichismo da mercadoria, no intuito de oferecer a fundamentação adequada ao desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, este estudo buscará traçar as condições históricas da produção capitalista de mercadorias nos marcos do advento da produção em massa essencialmente através da leitura de livros de autores clássicos do marxismo.

Para o primeiro capítulo, se buscará realizar leituras que propiciem a fundamentação teórica para a compreensão das contradições da sociedade burguesa. Essencialmente, a análise consistirá num percurso às principais obras de Karl Marx e de György Lukács, bem como de obras que caminhem para uma perspectiva contemporânea como a de István Mészáros. O ponto de partida deste capítulo será a compreensão da categoria trabalho, que

Constitui um ponto de cruzamento das inter-relações entre as legalidades da natureza e da sociedade. Todo trabalho pressupõe o conhecimento das leis da natureza que regem aqueles objetos e processos que o pôr teleológico

do trabalho intenciona aproveitar para fins humano-sociais. (LUKÁCS, 2013, p. 275).

A relação entre as três esferas do ser mediada pelo trabalho e a socialização do homem através do processo histórico de “afastamento das barreiras naturais” darão a base necessária para a compreensão da criação de novas necessidades no curso da história. A compreensão da unidade contraditória entre essência e fenômeno será essencial para a análise do fenômeno da manipulação no segundo capítulo. Esses pontos serão abordados através da interpretação das obras de Marx e pela *Ontologia* de Lukács.

A ideologia, compreendida enquanto elaboração ideal da realidade por meio da qual os sujeitos transformam a realidade e resolvem seus conflitos reais, será discutida também pela perspectiva de Mészáros, além de Marx e Lukács.

Antes de qualquer coisa: enquanto alguma ideia permanecer o produto do pensamento ou a alienação do pensamento de um indivíduo, por mais que seja dotada de valor ou de desvalor, ela não pode ser considerada como ideologia. Para que isso aconteça, é necessária uma função determinada com muita precisão, a qual Marx descreve de modo a fazer uma diferenciação precisa entre as revoluções materiais das condições econômicas de produção e ‘as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas, nas quais os homens se conscientizam desse conflito e o enfrentam até solucioná-lo’. (LUKÁCS, 2013, p. 464).

Na análise específica da produção capitalista, compreendendo a mercadoria como sua forma elementar, este estudo se deterá na discussão da reificação e do fetichismo da mercadoria. “Em outras palavras, o que na realidade é uma relação entre pessoas aparece como uma relação entre as coisas, no contexto do fetichismo da mercadoria.” (RUBIN, 1987, p. 19).

[...] é somente como categoria universal de todo ser social que a mercadoria pode ser compreendida em sua essência autêntica. Apenas nesse contexto a reificação surgida da relação mercantil adquire uma importância decisiva, tanto para o desenvolvimento objetivo da sociedade quanto para a atitude dos homens a seu respeito, para a submissão de sua consciência às formas nas quais essa reificação se exprime [...]. (LUKÁCS, 2003, p. 198).

O primeiro capítulo analisará os complexos de alienação e estranhamentos, pressupondo a distinção entre os termos *Entäusserung* e *Entfremdung* dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Marx presentes na leitura lukacsiana. Em Lukács, o estranhamento

[...] pode ser assim formulado: o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente ao mesmo tempo o desenvolvimento das capacidades humanas. Contudo - e nesse ponto o problema do estranhamento vem concretamente à luz do dia -, o desenvolvimento das capacidades humanas não acarreta necessariamente um desenvolvimento da personalidade humana. Pelo contrário: justamente

por meio do incremento das capacidades singulares ele pode deformar, rebaixar etc. a personalidade humana. (LUKÁCS, 2013, p. 581).

Essas análises possibilitarão a compreensão dos fundamentos econômicos e históricos da acumulação capitalista, que serão apresentados no início do segundo capítulo, no intuito de explanar os pressupostos que resultaram na necessidade da alteração no padrão de consumo no século XX para a reprodução do capital. Portanto, este segundo capítulo terá como ponto de partida a análise marxiana da acumulação capitalista, e abordará a passagem do predomínio do mais-valor absoluto para o relativo e da subsunção formal do capital à real. Esses elementos permitirão o entendimento sobre o aumento da produtividade do trabalho no capitalismo e a redução do tempo de trabalho, as bases reais para a produção em larga escala. Esse debate indicará os aspectos essenciais da queda tendencial da taxa de lucro, tendência objetiva do desenvolvimento da produção capitalista de mercadorias.

A tendência gradual, para cair, da taxa geral de lucro é, portanto, apenas *expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do progresso da produtividade social do trabalho. A taxa de lucro pode, sem dúvida, cair em virtude de outras causas de natureza temporária, mas ficou demonstrado que é da essência do modo capitalista de produção, constituindo necessidade evidente, que, ao desenvolver-se ele, a taxa média geral da mais-valia tenha de exprimir-se em taxa geral cadente de lucro. (MARX, 2008b, p. 283).

Desse ponto seguirá uma análise acerca do capitalismo monopolista pela perspectiva defendida por Lenin em *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, de modo que, serão analisadas as condições econômicas e políticas do capitalismo monopolista ou imperialista, estabelecidas pela concentração de capital, que se traduz em uma tendência histórica a aglomerar-se em imensas unidades – o que aumenta substancialmente a escala da produção -, e pela centralização, que modifica a distribuição de capitais já constituídos, os reunindo por meio da destruição de sua independência individual. A intensificação do poderio militar, o avanço tecnológico e o predomínio do capital financeiro são características fundamentais desse momento histórico.

[...] o desenvolvimento do capitalismo chegou a um ponto tal que, ainda que a produção mercantil continue reinando como antes, e seja considerada a base de toda a economia, na realidade encontra-se já minada e os lucros principais vão parar aos gênios das maquinações financeiras. Estas maquinações e estas trapças têm a sua base na socialização, beneficia... os especuladores. (LENIN, 2010, p. 27).

O percurso teórico trará, nesse momento, à compreensão do surgimento da produção em massa com a consolidação do fordismo no início do século XX. Nesse momento da pesquisa, a análise clássica de *Americanismo e fordismo* de Gramsci, juntamente com a interpretação de Harvey oferecerão as bases para a compreensão da “[...] passagem do velho individualismo econômico à economia programática.” (GRAMSCI, 2008, p. 31). Nesse momento histórico de mecanização e

racionalização da produção, o capitalismo precisa criar novos hábitos de consumo e amplia suas relações de distribuição, em suma: a produção em massa engendra um consumo em massa.

Por fim, compreendendo as alterações na forma que o capitalismo alcançou no século XX, este trabalho se propõe a analisar a ampliação do círculo de consumo e o estabelecimento do aparato manipulatório através da leitura lukacsiana do processo de capitalização total e do fenômeno da manipulação, que “[...] surgiu da necessidade de oferecer mercadorias em massa para o consumo a muitos milhões de compradores singulares e, a partir disso, se transformou num poder que solapa toda a vida privada.” (LUKÁCS, 2013, p. 341).

2. COMPLEXOS COMPOSTOS POR COMPLEXOS: TRABALHO, ALIENAÇÃO E IDEOLOGIA

2.1. Trabalho: mediação do metabolismo da sociedade com a natureza

Marx (2013, p. 113) inicia o capítulo primeiro de “O Capital”, com a seguinte máxima: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar”. Essa frase representa, não apenas ao conjunto de sua obra, mas a todo seu legado intelectual e político, a consolidação de uma teoria que traz à materialidade a história e a essência de toda a existência humana.

Ao “ascender da terra ao céu” e perceber que está na base material a produção da vida humana, Marx abre caminho para a compreensão do ser humano em sua universalidade e encontra na atividade sensível em sua permanente relação com a natureza, o princípio do movimento do real. Essa relação se dá em sua forma primária pelo trabalho, categoria central para a compreensão da ontologia lukacsiana e de toda a crítica materialista de Marx. Aqui, o trabalho pode ser compreendido elementarmente como produção de valor de uso para a satisfação de necessidades que se desenvolve através da história nas mais diversas objetivações humanas.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o

homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [*tierartig*], do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvencilhou de sua forma instintiva. (MARX, 2013, p. 255).

Assim, já se pode afirmar preliminarmente que o trabalho consiste em uma mediação entre o homem e a natureza que, em sua gênese, refere-se a um salto ontológico que deu origem a uma nova forma de ser, o ser social. O trabalho, portanto, enquanto fenômeno originário da sociabilidade humana representa um processo que em seu desenvolvimento afasta o homem cada vez mais de suas bases naturais e o torna capaz de realizar mediações cada vez mais puramente sociais e complexas.

A estrutura do ser se revela na natureza através de três formas fundamentais: uma esfera inorgânica, uma orgânica e uma social. A natureza inorgânica é a esfera primária sobre a qual se estruturam as formas mais complexas do ser, de modo que pode existir independente

das esferas orgânica e social. Isso significa que não há como existir ser orgânico ou social independente da esfera inorgânica. A natureza orgânica - composta por todas as formas de organismos vivos anteriores à sociabilidade humana - é, antes de tudo, resultado do desenvolvimento histórico da natureza inorgânica.

Destarte, o ser inorgânico adquire no decorrer da história propriedades cada vez mais biológicas, até que a natureza orgânica se estruture por completo, sem prescindir de sua forma primária inorgânica.

[...] a natureza inorgânica não pressupõe qualquer ser biológico ou social. Ela pode existir de modo totalmente autônomo, enquanto o ser biológico pressupõe uma constituição especial do inorgânico e, sem a interação ininterrupta com ele, não é capaz de reproduzir seu próprio ser nem por um instante. Do mesmo modo, o ser social pressupõe natureza orgânica e inorgânica e, se não tiver essas duas como fundamento, não lhe é possível desenvolver as suas próprias categorias, distintas daquelas. (LUKÁCS, 2013, p. 190).

Assim como o surgimento da forma de ser orgânica, a origem do ser social pressupõe um intenso processo histórico que culmina na gênese do trabalho, o momento de mediação plena entre as três formas fundamentais do ser. O surgimento do trabalho compreende, desse modo, a um “átomo” de sociedade, que se eleva sobre a esfera orgânica e cria uma nova forma de ser, o ser social. Para tanto, o trabalho pressupõe o pôr em movimento de uma ordem causal e de uma posição

teleológica desse novo ser, isto é, pressupõe a articulação de um complexo de conexões causais que operam sobre posições teleológicas de tal modo que esse complexo alcança uma nova condição de existência. O trabalho é, portanto, compreendido como o salto ontológico que eleva o ser meramente biológico ao ser social. (LUKÁCS, 2014).

Do mesmo modo que o ser inorgânico adquire no processo histórico características cada vez mais biológicas ao se aproximar da forma de ser orgânica, e o ser orgânico adquire características cada vez mais sociais, o ser social tem até mesmo suas funções mais vitais como a reprodução biológica e a alimentação, por exemplo, socializadas no decorrer da história, ainda que preserve seu vínculo orgânico com suas formas primárias de ser. “Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.” (MARX, 2010, p. 84).

Nesse sentido pode-se pensar no surgimento da linguagem nas comunidades mais primitivas, e de objetivações mais complexas de sociedades altamente desenvolvidas como a ciência e a arte, por exemplo - que não são o trabalho em sua forma imediata, mas têm nele seu fundamento ontológico -, enquanto formas socialmente mediadas de relação entre o homem e a natureza.

Conforme aponta Lukács (2014, p. 54) “[...] o homem é, antes de mais nada, como todo organismo, um ser que responde a seu ambiente”. Nesse processo em que ele se afasta cada vez mais das barreiras naturais, ou, dito de outra forma, torna-se cada vez mais um ser

formado por determinações sociais, o homem cria suas condições de existência em resposta à sua realidade objetiva. Marx (2009) evidencia que os homens constroem eles mesmos sua própria história nas circunstâncias dadas historicamente, circunstâncias estas que correspondem essencialmente ao desenvolvimento das leis econômicas que perpassam a dinâmica social.

Lukács (2014, p. 150) aborda essa questão partindo do pressuposto de que “*o homem é um ser que dá respostas*”, ou seja, ele abstrai de suas condições materiais de existência as questões e as respostas aos conflitos e tendências dessa mesma realidade social, seja de forma consciente ou não. Contudo, todas as manifestações da esfera econômica são pressupostas por um “momento ideal”, que está contido nos pores teleológicos e nos objetos que resultam dos mesmos. As manifestações da consciência humana que surgem como respostas a um conflito objetivo a fim de solucioná-lo, quando legitimadas socialmente diante de um momento de universalização e generalização se tornam ideologias.

A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. [...] toda ação humana ao seu meio ambiente socioeconômico, sob certas circunstâncias pode se tornar ideologia. (LUKÁCS, 2013, p. 465).

Para Mészáros (2012, p. 67), é essencial compreender o caráter histórico das ideologias, pois estas são produtos da própria processualidade histórica engendrada pelos homens. Segundo ele, essa

compreensão deve partir de duas vias: a primeira consiste na premissa de que as ideologias correspondem a uma “orientação *conflituosa*” das diversas formas de consciência social ao longo da história, oferecendo respaldo aos interesses e conflitos das classes socialmente estabelecidas, o que significa que a atuação da “consciência social prática” na realidade social resulta justamente nas formações ideológicas que exprimem o antagonismo entre as classes; já a segunda via dessa compreensão pauta-se na ideia de que o caráter histórico surge em consonância com o avanço das formas de produção e distribuição do produto social, de modo que o desenvolvimento de novas formações ideológicas no curso da história está estritamente relacionado às necessidades fundamentais que cada modo de produção cria.

Diante disso, pode-se compreender a ideologia como uma consciência social que opera na realidade objetiva com o propósito de resolver os conflitos travados entre as classes sociais. Por este motivo Mészáros (2012, p. 65) a define como “*consciência prática inevitável das sociedades de classe*” compreendendo o caráter contraditório da dinâmica social, uma vez que os interesses das classes que “*se entrelaçam conflituosamente*” são disputados objetivamente através dos conflitos sociais.

Marx e Engels (1999) afirmam que “As ideias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”. Isto significa que a ideologia dominante opera com preeminência na dinâmica social ancorada no seu amplo domínio sobre as instituições políticas, científicas e culturais. Assim, suas ideias se propagam e se legitimam socialmente com maior constância e abrangência, de tal modo

que estas são comumente naturalizadas e tomadas como verdades absolutas e atemporais.

Em outras palavras, as diferentes formas ideológicas de consciência social tem (mesmo se em graus variáveis, direta ou indiretamente) implicações práticas de longo alcance em todas as suas variedades, na arte e na literatura, assim como na filosofia e na teoria social, independente de sua vinculação sociopolítica posições progressistas ou conservadoras. (MÉSZÁROS, 2012, p. 66).

Diante disso, é evidente que uma ideologia pode se originar de uma incompreensão da realidade material e se manifestar como uma falsa consciência, que, não obstante, nunca deixa de corresponder ao processo de vida real, pois os conflitos que homens singulares ou grupos enfrentam com o auxílio das ideologias partem da base material. “A questão da ‘falsa consciência’ – frequentemente apresentada de modo parcial, para favorecer aqueles que a cultivam – é um *momento subordinado* dessa consciência prática determinada pela época.” (MÉSZÁROS, 2012, p. 67).

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, **a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E**

mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente contatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX; ENGELS, 1999, p. 37, grifo meu).

Mészáros (2012, p. 67-68) defende o caráter histórico como determinante das ideologias e aponta três tipos de formações ideológicas que se apresentam historicamente como propostas de elaboração social e resolução prática para os conflitos reais: a primeira defende acriticamente a vigência da ordem socialmente estabelecida como “horizonte absoluto” da vida social; a segunda abstrai as contradições sociais e os antagonismos da estrutura social, mas se limita por sua posição de classe; e, a terceira, “[...] questiona a viabilidade histórica da própria sociedade de classe” e tenciona a superação consciente desses antagonismos.

Nessa última perspectiva, Lukács (2013) retoma a distinção marxiana entre as condições econômicas de produção e as formações ideológicas para esclarecer que, o mero produto do pensamento humano não se configura como ideologia de forma imediata, pois isso exige uma

determinabilidade de enfrentamento e resolução dos conflitos da realidade social.

Convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, **as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim.** (MARX, 2008a, p. 48, grifo meu).

Ao fazer essa distinção no âmbito da ideologia já é possível retomar o conceito de trabalho como categoria elementar da estrutura econômica da sociedade, categoria esta que funda o ser propriamente social, e tem papel primário na reprodução do homem na medida em que o diferencia dos demais seres vivos pela capacidade de produzir seus meios de vida manipulando de forma consciente a natureza inorgânica e a orgânica. “O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto de sua vontade e da sua consciência. Ele tem a atividade vital consciente.” (MARX, 2010, p. 84).

O homem é em si um ser complexo, no sentido biológico; mas como complexo humano não pode ser decomposto; por isso, se quero compreender os fenômenos sociais, devo considerar a sociedade, desde o princípio, como *um complexo composto de complexos*. (LUKÁCS, 2014, p. 28).

Antes de tudo, a reprodução biológica, que corresponde à conexão entre o ser orgânico e o social, é o “fundamento ontológico-genético” que dá origem ao indivíduo humano, e por isso assume um papel fundamental no próprio processo de reprodução do ser social. Para Lukács (2013), esse processo consiste em uma articulação entre o homem – unidade mínima e irredutível do complexo social - e a totalidade da sociedade, e pressupõe uma relação contínua entre esses dois polos, o indivíduo humano e a sociedade, dado que “[...] ambos os polos, através de sua ação recíproca, determinam o processo no qual se realiza a *humanização* do homem.” (LUKÁCS, 2014, p. 154).

A atividade vital consciente, que é o princípio desse processo de humanização, cria a possibilidade do homem desencadear posições teleológicas capazes de trazer à materialidade aquilo que já estava previamente idealizado em sua consciência, o que torna a ação humana sempre orientada para um fim. Ademais, o desenvolvimento desse processo de humanização possibilita que os pores teleológicos, que a princípio visam a transformação da natureza, possam também influenciar a consciência de outros homens quando o ser social alcança patamares superiores de sociabilidade.

Isto significa dizer que os pores teleológicos que desencadeiam a atividade sensível do homem, em sua ininterrupta relação com a natureza assumem, historicamente, um caráter social. Esse caráter lhes confere gradualmente a intencionalidade de atuar sobre a consciência humana, ou seja, desenvolvem-se pores que buscam desencadear outros pores, socialmente mediados, pois, “Um pôr teleológico sempre vai

produzindo novos pores, até que deles surgem totalidades complexas, que propiciam a mediação entre homem e natureza de maneira cada vez mais abrangente, cada vez mais exclusivamente social.” (LUKÁCS, 2013, p. 205).

Assim, através do aperfeiçoamento do processo de trabalho, esses pores conduzem à criação de novas necessidades humanas na medida em que surgem novos produtos do trabalho, pois o organismo humano passa a exigir a satisfação de necessidades que não tem em si um pressuposto meramente biológico, mas sim social, ou seja, a criação e a satisfação das necessidades humanas correspondem à forma como o produto social é produzido e distribuído em cada época histórica.

A necessidade é compartilhada originalmente pelo organismo humano com o organismo animal; contudo, como é ressaltado repetidamente por Marx, ao deixar de satisfazer sua necessidade de modo biologicamente imediato, isto é, ao deixar de conduzir as ações para a sua satisfação de modo imediato (dentro de um campo de ação biológico), o organismo humano experimenta mudanças importantes. Em primeiro lugar, brotam diretamente da necessidade ponderações sobre as ações, pores teleológicos, que, no final, até estão direcionados para a satisfação de necessidades, mas, de modo imediato, não decorrem da própria necessidade, não estando diretamente vinculadas com ela e, por essa razão, podem ser usadas para satisfazer necessidades bem diferentes. (LUKÁCS, 2013, p. 403).

Chega-se assim à conclusão de que de novos produtos do trabalho humano devém novas necessidades humanas, pois, a realidade

objetiva vai deixando historicamente de corresponder meramente como meio de subsistência imediato para os sujeitos, por esta razão as necessidades se tornam cada vez mais sociais. Deste modo o surgimento de novas formas de divisão do trabalho e de novas necessidades está intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento das forças produtivas. O trabalho, portanto, enquanto produção das condições materiais da vida humana “[...] é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos.” (MARX; ENGELS, 1999, p. 39).

Para satisfazer as necessidades humanas, o ato produtivo em si pressupõe um momento de objetivação do produto do trabalho, que é resultado dos pores teleológicos singulares, e de exteriorização desse produto, que se torna externo ao seu produtor ao ser objetivado e adquirir uma condição de existência de forma autônoma. Esse momento é de transformação da natureza através da ação humana consciente, e representa um processo unitário entre objetivação e alienação na medida em que o ato produtivo resulta num produto que, em certa medida, é diverso daquilo que o sujeito havia idealizado previamente, pois, as posições teleológicas não possibilitam a compreensão da totalidade das relações de ordem causal postas em movimento através da atividade produtiva.

Assim, a objetivação consiste no ato de trazer à materialidade o produto da consciência humana, enquanto a alienação corresponde a um momento inerente à objetivação, o que significa dizer que o trabalho

constitui uma relação de “objetivação do objeto e alienação do sujeito”¹, pois, no momento em que, objetivado, o produto do trabalho humano se aliena de seu produtor, ele alcança uma existência independente e externa a ele.

Os objetos naturais da objetivação de fato têm de preservar o seu ser-em-si indiferente, mas na objetivação eles ainda se tornam, ademais, momentos de um processo, que, por um lado, permanece indissolivelmente ligado aos sujeitos existentes da alienação, mas, por outro lado, reiteradamente se dissocia deles e alcança uma existência social independente deles. (LUKÁCS, 2013, p. 486).

Essa relação confere um caráter genérico à alienação que, mesmo oriunda de um pôr singular, se vincula à totalidade das práxis humanas no campo social. Assim, o momento de objetivação e alienação no processo de trabalho possui um caráter duplo: “[...] por um lado, elas determinam todas as manifestações vitais de modo universal e, por isso, generalizante; por outro lado e simultaneamente, elas

¹ Na redação dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* Marx utiliza dois termos que posteriormente foram traduzidos por “alienação”. Esses termos são, em alemão, *Entäusserung* e *Entfremdung*. Em uma leitura lukacsiana, o termo *Entäusserung* é utilizado no sentido da alienação intrínseca ao momento de objetivação, e o termo *Entfremdung* representa o momento em que o produto do trabalho humano depara-se em sua objetividade como algo “estranho” a seu produtor. Diante disso, cabe destacar que, apesar de não haver consenso sobre a utilização dos termos *Entäusserung* e *Entfremdung* como “alienação” e “estranhamento” nas traduções brasileiras dos textos marxianos, este trabalho parte de uma compreensão lukacsiana do complexo de alienação e estranhamento, portanto, tem essa distinção entre os dois termos como pressuposto.

constituem a sua singularidade especificamente social.” (LUKÁCS, 2013, p. 469).

Contudo, essas alienações podem incidir sobre os sujeitos de modo desumanizante em determinados momentos históricos, desencadeando complexos de estranhamentos. Essa questão será analisada com mais atenção adiante, contudo, o que cabe aqui é indicar que o momento da singularidade inerente à alienação nos atos de trabalho pode desembocar em uma “força retroativa” que incide no “desdobramento da individualidade do homem e da sociedade” (LUKÁCS, 2013). O sistema de trabalho assalariado é exemplo disto.

No tempo em que Marx escrevia os *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, a alienação da classe operária significava imediatamente um trabalho opressivo em um nível quase animal. Com efeito, a alienação era, em certo sentido, sinônimo de desumanidade. Exatamente por este motivo a luta de classes teve por objetivo, por decênios, garantir, com reivindicações adequadas sobre o salário e sobre o tempo de trabalho, o mínimo de uma vida humana para o trabalhador. (LUKÁCS, 2014, p. 67).

É por este motivo que, ao analisar a sociedade burguesa, Marx faz uma crítica rigorosa ao trabalho assalariado, pois percebe que, nos marcos da produção capitalista de mercadorias, o momento de objetivação-alienação torna-se estranhado na medida em que o vínculo orgânico entre o homem e seus instrumentos de trabalho é quebrado

(MARX, 2012). Isso deixa evidente o fato de que a sociedade burguesa atinge o mais alto nível de socialização do ser social.

2.2. Produção capitalista de mercadorias: alienação, fetichismo e reificação

Diante disso, o estranhamento inerente ao sistema de trabalho assalariado representa a perda total do controle do homem sobre a produção dos meios de sua existência, dado que o produto do trabalho humano torna-se um objeto estranho e autônomo em sua própria existência, que subjulga o trabalhador ao capitalista. Marx (2010, p. 82) defende que “O auge desta servidão é que somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador”, fato que restringe a liberdade humana às suas “[...] funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano animal.” (MARX, 2010, p. 83).

Quanto mais, portanto, o trabalhador se *apropria* do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos *meios de vida* segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um *meio de vida* do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser *meio de vida* no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador. (MARX, 2010, p. 81).

Em suma, para Marx (2010) o sistema de trabalho assalariado promove um complexo de estranhamentos que retroagem sobre a individualidade do trabalhador sob quatro formas específicas: a primeira relaciona-se ao produto do seu trabalho que aparece como um objeto estranho pertencente a um mundo exterior e alheio; a segunda implica um estranhamento com relação a si mesmo e à sua própria atividade vital, que dentro desse complexo estranhado pertence a outrem; o terceiro refere-se ao ser genérico do homem, à própria essência humana que nessas condições históricas inibem a consciência do pertencimento ao gênero humano; e, por fim, a quarta forma reflete-se especificamente nas relações em sociedade, com outros homens.

Contudo, analisar os complexos de alienações e estranhamentos característicos da produção capitalista de mercadorias exige uma análise radicalmente histórica para não incorrer no risco de desconsiderar as determinações estruturais que incidem na dinâmica social.

Ora, se tal mudança do que originalmente é próprio da natureza for duradoura para a vivência humana, ela se apresente à consciência humana como algo que, por seu próprio ser, pode ser tomado como natural. Porém, numa consideração ontológica, de forma alguma se deve dar atenção a tais alienações da consciência. É preciso ter em conta exclusivamente o processo objetivo como ele é em si, e neste a pura naturalidade já começa a ser dispensada com o fato do trabalho. (LUKÁCS, 2013, p. 312, grifo meu).

Esse processo de naturalização das relações de produção estranhadas decorre de uma incompreensão da própria reprodução da vida humana, que se legitima socialmente nos marcos de suas manifestações fenomênicas. Assim, a naturalização de relações fetichizadas e reificadas no capitalismo exprimem justamente a negação do processo histórico que possibilitou que o produto do trabalho humano, ainda no ato produtivo, adquira uma objetividade de valor “socialmente igual”, para além de sua objetividade de uso, na medida em que, especificamente nessas condições históricas, a produção de mercadorias pressupõe como substância de valor o “trabalho humano igual”, o trabalho abstrato. (MARX, 2013).

Do mesmo modo como um artesão do século XV sentia certamente os problemas do capitalismo nascente como um fenômeno absolutamente não natural, um técnico de hoje sentirá como algo inteiramente não natural e absurdo o fato de que uma produção seja projetada com o fim de torná-la sensata para o trabalhador. (LUKÁCS, 2014, p. 69).

Todavia, para analisar as especificidades da produção capitalista de mercadorias primeiramente é necessário compreender a unidade fundamental e elementar da sociedade burguesa: a mercadoria.

As mercadorias são produtos da relação entre as duas fontes de riqueza material, o trabalho humano e as matérias naturais. Contudo, cabe ressaltar que no capitalismo, esses produtos do trabalho humano dotados naturalmente de valores de uso adquirem características

peculiares, pois assumem valores puramente sociais ainda no processo de trabalho, que já é imediatamente – além de um processo de formação de valor – um processo de valorização. Marx (2013, p. 148) aponta que “Essa cisão do produto do trabalho em coisa útil e coisa de valor só se realiza na prática quando a troca já conquistou um alcance e uma importância suficientes para que se produzam coisas úteis destinadas à troca [...]”, e isto ocorre porque os produtos do trabalho humano estranhado, que pertencem ao capitalista, serão lançados no mercado para serem vendidos e comprados, pois já são produzidos para pertencerem a outrem, isto é, para devirem mercadorias.

A permutabilidade das mercadorias advém de sua substância comum, o trabalho humano. Diante disso, pode-se perceber que o trabalho consiste na própria substância do valor de uma mercadoria, enquanto a grandeza de seu valor é medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, pois o trabalho pressupõe movimento dos órgãos e membros do corpo humano, logo, o tempo é sua medida. (MARX, 2011).

A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média e atua como tal força de trabalho social média; portanto, na medida em que, para a produção de uma mercadoria, do tempo de trabalho em médio

necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. (MARX, 2013, p. 117).

Marx (2013) descreve com propriedade as determinações históricas que incidem socialmente na imposição de um tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias, compreendendo que as forças produtivas correspondem ao desenvolvimento histórico das próprias capacidades humanas. Segundo ele, esse tempo de trabalho socialmente necessário pressupõe uma dada forma social e determinada destreza e intensidade de trabalho em normais condições de produção. Consequentemente, a produtividade da força de trabalho também é considerada de acordo com o grau de desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da organização social do processo produtivo, do volume e da eficácia dos meios de produção socialmente determinados.

Quando Marx (2013) inicia o primeiro capítulo de “O Capital” enunciando a mercadoria como a unidade fundamental sobre a qual se estrutura a sociedade burguesa, traz à luz as especificidades do modo de produção capitalista, num contexto em que a sociedade alcança o mais alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, alterando qualitativamente as condições sob as quais se desenvolvem as relações sociais. Isso significa que a forma mercadoria traz consigo uma série de determinações históricas que incidem no curso da dinâmica social de tal modo que acaba por manipular a maneira como a consciência dos sujeitos apreende sua relação com o próprio produto de seu trabalho e com o meio em que vivem.

Ao analisar a relação entre trabalho e valor no capitalismo, Marx percebeu que as formas de estranhamentos se manifestam de

maneira diversa daquela que assumia nos modos de produção anteriores, engendrando na produção de mercadorias um fenômeno de conteúdo social que assume uma função mistificadora da realidade, melhor dizendo, as alienações se manifestam estranhadas. A esse fenômeno Marx chamou de fetichismo da mercadoria.

Adentrando o campo da economia política, a contribuição de Marx acerca do fetichismo assume um papel central para sua teoria social, oferecendo denso substrato teórico para a compreensão das manifestações fenomênicas na produção capitalista. A questão do fetichismo surge na obra de Marx como um dos pontos centrais em sua crítica à economia política clássica, avançando na construção da teoria do valor trabalho de Smith e Ricardo. Para além da compreensão de trabalho de Smith e de Ricardo, Marx reconhece o “trabalho socialmente necessário”, como substância social comum para a produção de todas as mercadorias, pois, nesse contexto os diferentes tipos de trabalhos concretos assumem um caráter socialmente igual, que se distinguem somente na proporção em que são cristalizados nos corpos das mercadorias.

Diante disso, a compreensão do caminho teórico de Marx no Livro Primeiro de “O Capital” só se torna possível com a análise do fetichismo da mercadoria. Suas considerações sobre o tema têm como ponto de partida a publicação de “Contribuição à Crítica da Economia Política” ainda em 1859, quase uma década antes da publicação de “O Capital” em 1867, onde o tema aparece sistematizado com maior substancialidade e clareza.

Enfim, o que caracteriza o trabalho que cria valor de troca é que as relações sociais das pessoas aparecem, por assim dizer, invertidas, como relação social das coisas. Já que um valor de uso se relaciona com o outro como um valor de troca, o trabalho de uma pessoa relaciona-se com o de outra como um trabalho igual e geral. Se é correto dizer, pois, que valor de troca é uma relação entre pessoas, convém ajuntar uma relação oculta sob uma envoltura material. (MARX, 2008a, p. 60).

Antes de tudo, é necessário salientar que a mercadoria surge como um objeto externo, um valor de uso, meio de subsistência ou de produção que satisfaz necessidades “do estômago ou da fantasia” (MARX, 2013). Esse princípio fundamenta a análise teórica do fetichismo na medida em que evidencia as propriedades que os produtos do trabalho humano adquirem quando subsumidos à produção capitalista, propriedades estas capazes de criar e satisfazer a necessidades socialmente mediadas, características de um momento de alto desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse ponto Marx (2013) questiona o caráter místico que envolve as mercadorias e esclarece que, o que à primeira vista aparece como uma “objetividade fantasmagórica” refere-se objetivamente a determinações puramente sociais, ocultas sob as implicações reificadas do valor de troca. Esse movimento se desdobra na realidade social de forma tal que, as relações humanas são escamoteadas por uma aparente relação entre coisas, uma vez que a mercadoria obscurece a utilidade dos trabalhos úteis empregados na produção, dado que, o fetichismo da mercadoria está intrinsecamente ligado ao processo produtivo. Em

suma, o fetichismo representa uma incompreensão da realidade material: uma relação social entre pessoas carrega em sua aparência uma relação social entre coisas.

“O fetichismo é não apenas um fenômeno da consciência social, mas da existência social.” (RUBIN, 1987, p. 73). Através dele, as mercadorias refletem o caráter social do trabalho humano como se fossem suas propriedades naturais. Essa é uma relação puramente social e não física ou material como já alertava Marx, sob a qual os produtos do cérebro humano aparentam ter adquirido vida própria em sua objetividade, independente de seu produtor.

A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta, pois, como um estímulo objetivo do nervo óptico, mas como forma objetiva de uma coisa que está fora do olho. No ato de ver, porém, a luz de uma coisa, de um objeto externo, é efetivamente lançada sobre outra coisa, o olho. Trata-se de uma relação física entre coisas físicas. Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se apresenta não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. **Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de**

fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 2013, p. 147, 148, grifo meu).

Assim, percebe-se que a realidade social em determinados momentos da história pode não ser apreendida pela consciência humana em sua essência, mas através de espelhamentos que se apresentam de forma fenomênica. Essa é uma contradição que percorre a produção da vida humana sob tais condições históricas, mas que representa um rastro do “desenvolvimento objetivo em geral”. (LUKÁCS, 2013). Em sua análise do fetichismo, Marx (2013) dedica intensa atenção ao caráter fetichista do dinheiro, que esconde o caráter social do trabalho humano em sua forma de valor universal. Contudo, não cabe aqui analisar as especificidades da forma dinheiro por decisão de enfoque teórico na análise da mercadoria em sua forma genérica, por motivo de maior atenção e aproveitamento do tema.

Fica evidente, portanto, que o caráter misterioso das mercadorias pode ser desvendado através da compreensão de suas especificidades históricas enquanto resultados da universalização da produção mercantil, pois, o caráter fetichista da mercadoria não pode ser visto como absoluto, como se houvesse existido em todas as formas sociais. Contudo, contraditoriamente, o caráter social do trabalho humano no capitalismo, ao mesmo tempo em que fica oculto sob as relações sociais reificadas e fetichizadas, se revela através do surgimento do trabalho abstrato.

As especificidades do sistema capitalista no que concerne às manifestações reificadas da realidade na consciência humana, se deve ao fato de que nas sociedades anteriores o trabalho era determinado de forma imediata e individual por cada membro de cada sociedade. No capitalismo os diferentes trabalhos concretos assumem um caráter de universalidade abstrata ao produzirem mercadorias que devirão valores de troca que serão equiparados uns com os outros através de sua substância comum: o trabalho humano abstrato, “[...] denominador comum ao qual os diferentes objetos são reduzidos na relação mercantil, mas [...] também o princípio real do processo efetivo de produção de mercadorias.” (LUKÁCS, 2003a, p. 200).

A conversão de todas as mercadorias em tempo de trabalho não supõe uma abstração maior, como tampouco é menos real que a [conversão] de todos os corpos orgânicos em ar. Na realidade, o trabalho que assim se mede com o tempo não aparece como trabalho de distintos indivíduos; os diferentes indivíduos que trabalham surgem como simples órgãos de trabalho. Ou também poder-se-ia dizer: o trabalho, tal como se manifesta nos valores de troca, é trabalho humano geral. Essa abstração de trabalho humano geral existe no trabalho médio que cada indivíduo médio de uma sociedade dada pode realizar: um gasto produtivo determinado de músculos, nervos, cérebro humano etc. (MARX, 2008a, p. 56).

Essa relação dos trabalhos concretos com sua universalidade abstrata traduzida pelo conceito de trabalho abstrato aponta para a mediação do trabalho com a totalidade da sociedade capitalista. As

mercadorias aparecem, nesse contexto, com uma objetividade peculiar na qual os valores de uso aparecem subsumidos pelos seus valores de troca, que surgem de forma qualitativamente nova com relação à natureza (MARX, 2013). Nesse contexto em que a reificação típica da relação mercantil engendra na dinâmica social, a mercadoria assume a condição de “categoria universal de todo ser social” condicionando diretamente as formas de consciência dos homens.

Lukács reconhece a reificação como uma categoria mediadora do estranhamento. Ele a situa e percebe seus desdobramentos no campo dos fenômenos imediatos da realidade social condicionando de forma antagônica a compreensão que os sujeitos alcançam da realidade. Segundo ele, as reificações surgem da produção de mercadorias e se manifestam na vida cotidiana através de reflexos ideológicos condicionados, que não são tomados pela consciência dos sujeitos.

[...] quanto mais a vida cotidiana dos homens produzir modos e situações de vida coisificados [...] tanto mais facilmente o homem da vida cotidiana se adaptará espiritualmente a elas enquanto ‘fatos da natureza’ sem oferecer-lhes resistência espiritual-moral, e por essa via pode surgir em média – sem que, em princípio, isso vá necessariamente ocorrer – uma resistência acentuada contra autênticas reificações que produzem estranhamento. As pessoas se habituem a certas dependências reificadas e desenvolvem dentro de si – uma vez mais: possivelmente, em média, não de modo socialmente necessário – uma adaptação geral também a dependências que produzem estranhamento. (LUKÁCS, 2013, p. 665).

O conjunto das manifestações fenomênicas em cada época histórica assume formas de objetividade distintas. Nos marcos do sistema capitalista, a produção de mercadorias obedece ao imperativo de lucratividade que determina que todas as necessidades da sociedade sejam satisfeitas através da compra e da venda de mercadorias, no sentido de “[...] substituir por relações racionalmente reificadas as relações originais em que eram mais transparentes as relações humanas.” (LUKÁCS, 2003a, p. 207). Portanto, é nesse momento histórico que a realidade imediata se apresenta de forma reificada.

Segundo Lukács (2013, p. 683) “O intercâmbio de mercadorias, a economia capitalista, a manipulação que dela mais tarde se originou, os seus respectivos reflexos ideológicos naturalmente produzem todo dia e toda hora reificações em massa.” Desse modo, percebe-se que as reificações se diferenciam de outras ideologias, pois, mesmo que se apresentem através de reflexos ideológicos, as mesmas agem sobre os sujeitos “como se fossem modos de ser”, e não servem de forma imediata como meio de dirimir conflitos sociais.

Na vida cotidiana, devido à conexão imediata entre teoria e práxis, são possíveis dois diferentes tipos de função das ideologias: ou elas operam puramente como ideologias, um dever-ser que dá direção e forma às decisões do homem na vida cotidiana, ou a concepção de ser que nelas está contida aparece às pessoas da vida cotidiana como o próprio ser, como aquela realidade diante da qual somente reagindo adequadamente elas serão capazes de organizar a sua vida em conformidade com as próprias aspirações. Essa bipartição, sem dúvida alguma, está presente nos estágios mais

avancados do desenvolvimento social. (LUKÁCS, 2013, p. 688).

A produção capitalista de mercadorias pressupõe na base de seu funcionamento um sistema de trabalho estranhado, que confronta o sujeito e o objeto de seu trabalho. O sistema de trabalho assalariado ao estabelecer relações estranhadas entre sujeito e objeto do processo de trabalho, desloca o próprio sujeito para a condição de objeto, tendo em vista que sua força de trabalho é vendida como uma mercadoria. Segundo Lukács (2003a), esse confronto ocorre sob os aspectos objetivo e subjetivo, pois, o objeto do trabalho humano ao ganhar materialidade através do ato produtivo passa a pertencer à realidade concreta de forma externa e estranha ao seu produtor, e se articula em meio a uma gama de relações entre coisas que se estabelecem, aparentemente, correspondendo a leis sociais próprias, resultantes do movimento das mercadorias.

“A reificação é, portanto, a realidade imediata e necessária para todo homem que vive no capitalismo [...]”. (LUKÁCS, 2003a, p. 391). Esse processo se revela cada vez mais claramente com o desenvolvimento das forças produtivas na medida em que as reificações “influenciam bem menos o comportamento pessoal, por exemplo, de um cocheiro de tempos passados do que o de um motorista de automóvel nos dias de hoje.” (LUKÁCS, 2013, p. 665).

No intuito de trazer à luz a historicidade oculta nas relações fetichizadas e reificadas na sociedade burguesa, Marx (2011) esclarece que cada momento histórico carrega em si uma forma de produzir, que articula o conjunto das forças produtivas e das relações de produção. A

chave para a compreensão dessas formas sociais são os meios de produção, que exprimem o grau de desenvolvimento da força de trabalho humana e revelam a forma como a riqueza social é produzida em cada momento histórico.

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial. (MARX, 2009, p. 125-126).

Para compreender esse processo é necessário ter claro que um modo de produção não se refere exclusivamente à produção de objetos ou mercadorias. Ao perceber a esfera produtiva como constituinte da estrutura econômica da sociedade, Marx analisa a produção como o momento da construção da história e da vida humana através da atividade sensível dos sujeitos ativos, dado que “O desenvolvimento essencial do ser humano é determinado pela maneira como ele produz” (LUKÁCS, 2012, p. 336). Delegando prioridade ontológica à estrutura econômica ou à esfera da produção, Marx percebe o movimento dialético entre a estrutura e a superestrutura da sociedade, e vislumbra nesse mesmo movimento a possibilidade de transformação da realidade material.

A partir da reprodução ontológica com o tempo, dá origem a todo um complexo no âmbito do ser social: a esfera da economia. À medida que se tornam cada vez mais sociais as atividades humanas que, em última análise, estão a serviço do cumprimento daquilo que é exigido pela reprodução ontogenético-biológica dos homens, tanto mais forte se torna a resistência do pensamento em conceder à esfera econômica essa prioridade ontológica com relação a todas as demais. (LUKÁCS, 2013, p. 258).

Cabe aqui discutir brevemente como se desenvolve na processualidade histórica o complexo de produção, distribuição, troca e consumo, pressupondo que a produção é o ponto de partida através do qual o homem adapta a natureza às suas necessidades em cada estágio do desenvolvimento social. Diante disso, cabe à distribuição e à troca repartir socialmente os produtos da produção. Por fim, o consumo, o ponto final, é o momento de apropriação individual através do qual o produto do trabalho sai da circulação. Nesse momento é que a mercadoria se realiza, pois só através do consumo o produto se torna produto e o produtor se torna produtor. Têm-se assim que, produção, distribuição, troca e consumo compreendem “um todo orgânico” (MARX, 2013).

A relação entre produção e consumo é recíproca. É evidente que a produção é o momento predominante, ela é consumo de força de trabalho, meios de produção e matéria-prima, ao mesmo tempo em que cria o consumo na medida em que gera um “objeto, um modo e um impulso” para o mesmo. De igual modo, o consumo cria a produção ao

gerar a necessidade de produzir e realizar as mercadorias. O consumo é um momento particular, que se encontra “fora da economia” quando as mercadorias saem de circulação pelo consumo individual. Do contrário, uma mercadoria pode ser consumida como matéria-prima para a produção de novas mercadorias e assim voltar ao processo produtivo. (MARX, 2011).

Produção, distribuição, troca e consumo constituem assim um autêntico silogismo; a produção é a universalidade, a distribuição e a troca, a particularidade, e o consumo, a singularidade na qual o todo se unifica. Esta é certamente uma conexão, mas uma conexão superficial. A produção é determinada por leis naturais universais; a distribuição pela casualidade social, e pode, por isso, ter um efeito mais ou menos estimulante sobre a produção; a troca interpõe-se entre ambos como movimento social formal; e o ato conclusivo do consumo, concebido não apenas como fim, mas também como finalidade própria dita, situa-se propriamente fora da economia, exceto quando retroage sobre o ponto de partida e enceta de novo todo o processo. (MARX, 2011, p. 44, 45).

Já a distribuição e a troca são momentos particulares e de determinabilidade social. A distribuição e a produção se correlacionam na medida em que os instrumentos de trabalho são distribuídos no processo produtivo. Além disso, falar em distribuição remete à distribuição dos membros da sociedade sob determinada forma de produzir e, por conseguinte, implica no modo de distribuição do produto social global.

A distribuição dos produtos é manifestadamente apenas o resultado dessa distribuição que está incluída no próprio processo de produção e determina a articulação da produção. Considerar a produção abstraindo dessa distribuição nela contida é manifestadamente uma abstração vazia, enquanto, inversamente, a distribuição dos produtos é dada por si mesma com essa distribuição, que é originalmente um momento constitutivo da produção. (MARX, 2011, p. 51).

Isso indica que a distribuição social determina a proporção em que os membros da sociedade terão acesso - ou não - às mercadorias que produzem, e ao papel que desempenharão na sociedade enquanto trabalhadores assalariados ou capitalistas, pois a organização da produção e da distribuição pressupõem determinado modo de produção e determinadas relações sociais.

As relações e os modos de distribuição aparecem apenas como o reverso dos agentes da produção. Um indivíduo que participa da produção na forma de trabalho assalariado participa na forma do salário nos produtos, nos resultados da produção. A articulação da distribuição está totalmente determinada pela articulação da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que concerne ao seu objeto, já que somente os resultados da produção podem ser distribuídos, mas também no que concerne à forma, já que o modo determinado de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, a forma de participação na distribuição. (MARX, 2011, p. 50).

O momento da troca também faz parte da produção sendo imediatamente troca de produtos ou atividades entre produtores ou consumidores. Contudo, assim como a distribuição, a forma como as relações de troca são realizadas pressupõe dada organização social e relações sociais de produção determinadas, que subsumem os membros da sociedade àquele modo de produção e consequentemente ao papel que desempenham na divisão social do trabalho.

Em primeiro lugar, é claro que a troca de atividades e capacidades que ocorre na própria produção faz diretamente parte da produção e a constitui de maneira essencial. Segundo, o mesmo vale para a troca de produtos, na medida em que é meio para a fabricação do produto acabado destinado ao consumo imediato. Nesse sentido, a própria troca é um ato contido na produção. Terceiro, a assim chamada troca realizada por negociantes entre si tanto é totalmente determinada pela produção, no que diz respeito à sua organização, como é ela própria atividade produtiva. A troca só aparece independente ao lado da produção e indiferente em relação a ela no último estágio, no qual o produto é trocado imediatamente para o consumo. (MARX, 2011, p. 53).

Assim sendo, pode-se considerar a distribuição e a troca como mecanismos que possibilitam que os valores de uso produzidos em uma determinada sociedade sejam distribuídos e permutados entre seus membros, de acordo com a organização social estabelecida em cada modo de produzir.

Porque é evidente por si só que, quanto mais complexo, quanto mais mediado o modo como as formações sociais implementam a produção e o consumo pelas quais se efetua a reprodução ontogenética de cada homem singular, tanto menor a frequência com que essa reprodução e sua prioridade ontológica em relação a todas as demais manifestações vitais assomam à consciência. (LUKÁCS, 2013, p. 258).

Contudo, apreender teoricamente esse movimento dialético é tarefa árdua, pois a realidade social é mediada por uma relação contraditória entre a essência do desenvolvimento econômico e o mundo fenomênico. Essa relação contraditória se intensifica na medida em que a esfera econômica se desenvolve, pois, tanto a essência quanto as formas fenomênicas são resultados da processualidade histórica, que se desenvolve ordenada pelas necessidades reais dos sujeitos. Isto quer dizer que a relação dialética entre essência e fenômeno corresponde ao desenvolvimento histórico-social na medida em que até mesmo as manifestações fenomênicas da vida social partem da materialidade, pois, “[...] a vinculação de essência e fenômeno é necessária; a produção de fenômenos faz parte da essência da essência.” (LUKÁCS, 2013, p. 490).

Desse modo percebe-se que Lukács (2014) reconhece as manifestações fenomênicas a partir de suas conexões reais. Nesse contexto, os fenômenos diversos através dos quais a essência se manifesta no plano social são acometidos por um “contínuo vaivém de influências que se contrapõem” tendo em vista que, “[...] cada desenvolvimento essencial é um acontecimento concreto e único na

história e assume, por isso, no mesmo período e nas mesmas fases de desenvolvimento, traços fenomênicos muito variados.” (LUKÁCS, 2014, p. 142).

Isto refere-se ao fato de que Lukács (2014) - fundamentado no legado hegeliano - compreende a essência como um complexo “calmo”, “em repouso”, que se manifesta através de um mundo fenomênico altamente complexo e variado que, segundo ele, se exterioriza nas esferas da produção e da reprodução da vida pautado em três princípios fundamentais: o primeiro é que a quantidade de trabalho necessária para a reprodução do trabalhador tende a diminuir com o desenvolvimento das forças produtivas; o segundo é que mesmo nas sociedades mais desenvolvidas o vínculo do trabalho humano com a natureza é indelével; e o terceiro é que, com o afastamento das barreiras naturais o trabalho pressupõe, cada vez mais, uma interconexão entre as sociedades que culmina no surgimento do mercado mundial.

Todavia, até mesmo as problematizações científicas adquirem historicamente uma intencionalidade de encobrir a essência dos fenômenos sociais para corroborar com interesses particulares de grupos específicos. Isso resulta no geral desconhecimento da estrutura real da sociedade de classes e em uma limitação teórico-metodológica à análise das formas fenomênicas que se apresentam na realidade social. Em sentido oposto, o “método da economia política” fundamentado por Marx, que possibilita a “reprodução do concreto por meio do pensamento” (MARX, 2011), pretende transpor essas limitações científicas a fim de relacionar concretamente as manifestações fenomênicas à esfera da essência ultrapassando o alcance científico de

todas as possíveis abstrações do pensamento, “E isso porque, considerado isoladamente, qualquer fenômeno poderia, uma vez transformado em “elemento” por meio da abstração, ser tomado como ponto de partida; só que tal caminho não levaria jamais à compreensão da totalidade.” (LUKÁCS, 2012, p. 312).

A gênese ontológica revela novamente, nesse contexto, o seu poder totalmente abrangente: uma vez estabelecida essa relação entre práxis e consciência nos fatos elementares da vida cotidiana, os fenômenos da reificação, do fetichismo, do estranhamento, como cópias feitas pelo homem de uma realidade incompreendida, apresentam-se não mais como expressões arcanas de forças desconhecidas e inconscientes no interior e no exterior do homem, mas antes como mediações, por vezes bastante amplas, que surgem na práxis mais elementar. (LUKÁCS, 2012, p. 318).

Apesar disso o mundo fenomênico interfere na vida social de forma mais incisiva e aparente na realidade e desse modo influencia mais claramente o pensar e o agir dos homens, fato que se evidencia quando se considera o complexo de estranhamentos e suas implicações no cotidiano dos sujeitos individuais.

[...] podemos constatar que a esfera fenomênica oferece ao agir individual uma margem objetiva bem maior do que a oferecida pela esfera da essência. A primeira, portanto, exerce uma ação por assim dizer menos intensa, menos coercitiva,

do que a segunda. Essa constituição relativamente menos compacta da esfera dos fenômenos abre nela a possibilidade de tomadas de posição, de modos de comportamento, que a seu modo – em geral, como é óbvio, por meio de mediações muito amplas, complexas, intrincadas – podem retroagir sobre o conjunto do acontecer histórico-social. (LUKÁCS, 2012, p. 350).

Contudo, o mundo fenomênico pode levar a uma “[...] degradação, uma deformação, um autoestranhamento dos homens” na medida em que ocorre uma desigualdade no desenvolvimento da “humanização” do homem de modo a produzir formas mais desenvolvidas de “desumanidade” (LUKÁCS, 2014). Nesse ponto chega-se a uma das questões centrais deste trabalho: o estranhamento.

2.3. Os complexos de estranhamentos

Os estranhamentos constituem formas fenomênicas que surgem reiteradamente no curso da história da humanidade, de maneira especial no modo de produção capitalista, e indicam que o desenvolvimento das capacidades humanas pode desembocar contraditoriamente, em determinados momentos da história, no desenvolvimento da individualidade em detrimento da singularidade humana. Ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas pode entrar em contradição com o desenvolvimento da personalidade humana, pois “[...] justamente por meio do incremento das capacidades singulares ele [o estranhamento] pode deformar, rebaixar etc. a personalidade humana.” (LUKÁCS, 2013, p. 581).

Essa contradição entre desenvolvimento das capacidades e da personalidade humana constitui a base do estranhamento, que pode ser compreendido como uma forma de alienação.

[...] o estranhamento só pode se originar da alienação; onde a estrutura do ser não desloca esta para o centro, determinados tipos daquele nem sequer podem ocorrer. [...] a origem do estranhamento na alienação de modo algum significa uma afinidade evidente e incondicional desses dois complexos do ser: é fato que certas formas de estranhamento só podem surgir da alienação, mas esta pode perfeitamente existir e atuar sem produzir estranhamentos. (LUKÁCS, 2013, p. 418).

É importante nesse momento resgatar a distinção entre os termos *Entäußerung* e *Entfremdung* utilizados por Marx nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos” para abordar a questão da “alienação”. O termo *Entäußerung* representa a alienação inerente ao momento de objetivação humana, que confere humanidade aos produtos do trabalho humano e os aliena ao trazer à materialidade aquilo que já estava previamente idealizado na consciência do sujeito, momento presente em todas as formas de atuação do homem. Assim, é pressuposto neste trabalho que a alienação é a base da práxis humana, e representa um momento de objetividade do produto do trabalho. Já o termo *Entfremdung*, refere-se a um momento em que o produto do trabalho humano torna-se contra, “estranho” ao seu produtor.

A par disso, pode-se perceber que nos Manuscritos Econômico Filosóficos (2010) Marx faz crítica ao trabalho estranhado em suas

especificidades na produção capitalista de mercadorias, evidenciando que as formas de estranhamento que emergem nesse contexto tem como alicerce a venda da força de trabalho. Porém, vale dizer que o estranhamento se apresenta como uma questão que não se limita ao processo produtivo, pois atinge a sensibilidade humana, a subjetividade do sujeito. Devido a isso Lukács dedica um capítulo ao estranhamento em sua “Ontologia” no intuito de compreender os dramas da humanidade em seu tempo histórico.

Todavia, os estranhamentos são anteriores ao próprio sistema capitalista, uma vez que constituem formas fenomênicas que se manifestam a partir do surgimento da divisão do trabalho no escravismo e reiteradamente emergem em formas específicas no curso da história da humanidade, ou seja, refere-se a etapas particulares da história. São, portanto, fenômenos de caráter histórico-social, pois expressam as especificidades das relações de produção e ficam sujeitas às lutas historicamente estabelecidas em cada momento histórico.

O estranhamento implica em um processo no qual indivíduo e gênero se desenvolvem em sentidos contrários, onde as alienações - que em si podem proporcionar uma abertura do indivíduo à sua humanização e generidade – retroagem aos indivíduos como confrontos dos homens em relação a si mesmos. Isto é, quando se apresentam na forma de estranhamentos, as alienações agem contrapondo o indivíduo à sua generidade.

[...] na alienação expressa-se a contraditoriedade no interior dessa unidade inseparável de

socialidade e individualidade do homem: a alienação que responde individualmente às questões postas pela sociedade pode tanto levar o homem – de um ponto de vista abstrato – a se tornar uma personalidade como despersonalizá-lo. Essa base contraditória determina o caráter contraditório duplo – social-individual – tanto do estranhamento como da possibilidade duplamente contraditória de combatê-lo. (LUKÁCS, 2013, p. 812 813).

Dessa forma, percebe-se que os estranhamentos correspondem a apenas uma das formas de manifestação fenomênicas na realidade social. São momentos particulares e antagônicos que obstaculizam o alcance da generidade humana. “Portanto, ontologicamente o estranhamento nunca é um estado, mas sempre um processo que se desenrola dentro de um complexo – a sociedade como um todo ou então a individualidade humana singular.” (LUKÁCS, 2013, p. 635). Por esta razão não são fenômenos de cunho absoluto ou universal, mas sim histórico e social, pois nunca englobam o ser social em sua totalidade, o que os torna passíveis de superação na medida em que estão sujeitos às lutas de classes. Pois, ao compreender o homem como um ser que se autoproduz, Lukács o percebe na possibilidade de construir sua própria história.

Esse processo implica no que Marx chama de “desigualdades no desenvolvimento social geral” na medida em que o alto grau de desenvolvimento das capacidades humanas nas sociedades mais desenvolvidas não só se desalinha do desenvolvimento das personalidades, mas também as avilta.

[...] o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente ao mesmo tempo o desenvolvimento das capacidades humanas. Contudo, - e nesse ponto o problema do estranhamento vem concretamente à luz do dia -, o desenvolvimento das capacidades humanas não acarreta necessariamente um desenvolvimento da personalidade humana. Pelo contrário, justamente por meio do incremento das capacidades singulares ele pode deformar, rebaixar, etc. a personalidade humana. (LUKÁCS, 2013 p. 581).

Para Lukács (2013) a personalidade humana é uma “categoria social do ser”, historicamente determinada. Desse modo, somente na materialidade da vida social uma personalidade humana pode surgir e se desenvolver, é por esse motivo que o desenvolvimento das personalidades está intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento das capacidades humanas. Essa relação, apesar de ser muitas vezes contraditória, pode abarcar a possibilidade de elevação das personalidades à genericidade para si. Contudo, quanto mais alto se encontra o processo civilizatório, e maior o grau de desenvolvimento da divisão do trabalho - e consequentemente das capacidades humanas -, tanto maior será a contradição entre esses dois campos, contradição essa que no plano social se converterá justamente na degradação da personalidade humana.

De fato, se não olharmos exclusivamente para os atos de trabalho singulares, mas tivermos em vista a divisão social do trabalho, ficará claro que temos de vislumbrar nesta um momento

importante da gênese da personalidade. Com efeito, a divisão social do trabalho incumbe o homem de múltiplas tarefas, com muita frequência extremamente heterogêneas entre si, cuja execução correta exige dele e, por essa via, desperta nele uma síntese das suas capacidades heterogêneas. (LUKÁCS, 2013 p. 588).

É evidente que do avanço da divisão do trabalho decorrem determinados tipos de personalidade ao mesmo tempo em que as capacidades humanas são aperfeiçoadas, pois, a cada nova fase do desenvolvimento da divisão do trabalho emergem novas formas de relações sociais, dado que se alteram as formas de organização e utilização das matérias-primas, instrumentos e produtos do trabalho (MARX; ENGELS, 1999).

Lukács compreende que a formação da personalidade humana se dá no ato produtivo e se desenvolve no modo de organização das relações sociais. Nesse processo de interação entre a forma de organização do trabalho e a vida cotidiana surgem determinadas formas de estranhamento que aparecem como traços que compõem a particularidade do homem e se impõem às personalidades estranhadas como se fossem características pessoais, o que significa que as formas de estranhamentos são muitas vezes percebidas, em sua aparência, simplesmente como uma questão subjetiva, relativa à individualidade dos homens particulares, de modo a escamotear sua determinabilidade histórica.

O caráter histórico-social dos estranhamentos deve ser resgatado nesse sentido, pois, “Aquilo que o homem considera, nesse nível, como a sua personalidade, via de regra, é apenas a sua

singularidade que assumiu feição social.” (LUKÁCS, 2013, p. 797). É evidente que os sujeitos reagem individualmente às questões postas à sua personalidade, todavia, as reações individuais têm sempre o respaldo de relações socialmente mediadas, pois “O homem fora da sociedade, a sociedade à parte do homem são abstrações vazias [...] que não possuem nenhuma correspondência no plano ontológico.” (LUKÁCS, 2013 p. 587).

No campo da individualidade o estranhamento se expressa e se legitima socialmente na vida cotidiana, onde atinge o homem singular. Percebe-se, portanto, que todas as formas de estranhamento possuem um duplo caráter: social e individual. Desta feita, os processos sociais ganham forma na medida em que as ações estranhadas dos homens singulares são tomadas em conjunto na realidade social. Assim, as diferentes formas de estranhamentos qualitativamente distintos existem como “complexos dinâmicos”, que correspondem à existência de uma pluralidade de estranhamentos.

De fato, os estranhamentos singulares existem numa autonomia ontológica tão grande uns em relação aos outros que repetidamente há pessoas na sociedade que combatem influências estranhadoras num complexo de seu ser, enquanto aceitam outros complexos sem oferecer resistência, e até nem é tão raro que existe entre tais tendências de atividades antagônicas – do ponto de vista do estranhamento – um nexo causal que influência fortemente a personalidade. (LUKÁCS, 2013 p. 607, 608).

Isso significa dizer que, muitas vezes, os sujeitos se engajam em lutas que tem como pauta a superação de determinado tipo de estranhamento que os oprimem mais diretamente, e acabam deixando de lado outras formas que não os atingem de tal modo. Bem como é possível que consigam discernir teoricamente a essência dos estranhamentos, mas que, em sua vida cotidiana, permaneçam estranhados diante de si mesmo e de outros homens.

Todas as formas de estranhamento se encontram arraigadas no plano social, pois, “Quanto mais profundamente uma questão do estranhamento atinge e move um homem no plano pessoal em sua individualidade autêntica, tanto mais social, tanto mais genérico ela própria é.” (LUKÁCS, 2013, p. 634). Por esse motivo, Lukács afirma que todo estranhamento é, primeiramente, um fenômeno socioeconomicamente fundado, ou seja, tem seu fundamento na estrutura social, pois emerge da atividade produtiva; porém, em segundo lugar, todas as formas de estranhamento alçam ao campo das ideologias, pois se manifestam na esfera da reprodução da vida humana; e, em terceiro lugar, todo estranhamento é um fenômeno concreto, da vida material, mesmo que sua compreensão exija um momento de abstração científica.

[...] sem a mediação das formas ideológicas, nenhum estranhamento, por mais maciça que seja a determinação econômica de sua existência, jamais se desenvolverá adequadamente e, por essa razão, não pode ser superada de maneira teoricamente correta e praticamente efetiva. Porém, essa ineliminabilidade da mediação

ideológica não significa que o estranhamento pudesse ser examinado, sob qualquer aspecto, como fenômeno puramente ideológico; quando se tem essa aparência, isso ocorre por faltar a percepção da fundação econômica objetiva também dos processos que, na aparência, possuem um decurso puramente ideológico. (LUKÁCS, 2013, p. 749).

A função da ideologia no complexo de estranhamentos é tanto mais forte quanto mais estiver sendo desenvolvida a práxis humana, seja ela consciente ou acometida pelo fenômeno da manipulação. Todavia, a própria superação dos estranhamentos corresponde a um momento predominantemente ideológico, pois é através das ideologias que os homens articulam a consciência com a realidade em que vivem e operam sobre a mesma a fim de resolver seus próprios conflitos sociais.

Reconhecendo os estranhamentos como fenômenos histórico-sociais não absolutos ou universais, Lukács vislumbra a possibilidade de superação de suas mais diversas formas pelos sujeitos sociais através da práxis humana consciente. Esse movimento implica uma elevação do ser social acima de sua particularidade, o que significa o reconhecimento e o direcionamento à sua condição humano-genérica. Para tanto, Lukács (2013, p. 637) aponta que “[...] a convicção da realidade da genericidade para si é a arma mais potente que o homem pode dispor contra o tornar-se estranhado”.

O trabalho é a substância fundamental que constrói a genericidade humana. Sendo assim é evidente que em uma sociedade que se funda no trabalho estranhado, o desenvolvimento das capacidades humanas não significa o desenvolvimento de sua genericidade para si. O

homem pode desenvolver sua particularidade sem desenvolver-se enquanto homem inteiro, em seu pertencimento ao gênero humano na medida em que a generidade para si é obstaculizada pela organização da produção estranhada.

O gênero humano não reificado idealmente e, em correspondência, também não na prática possui a objetividade ontológica de um processo histórico, cujos primórdios, no entanto, escapam à memória do gênero, cujo desfecho igualmente só pode ser objetivado em perspectiva. Sendo tudo isso, porém, a generidade constitui um processo real, mais exatamente, um processo que não transcorre paralelamente aos indivíduos, o que os obrigaria a permanecer na condição de meros expectadores; a sua verdadeira processualidade consiste, muito antes, em que o processo não reificado da vida singular forma uma parte integrante indispensável da totalidade dinâmica. Só quando o homem singular apreende a sua própria vida como um processo que faz parte desse desenvolvimento do gênero, só quando ele, por essa via, experimenta e busca realizar a sua própria conduta de vida, os autocomprometimentos daí decorrentes, como pertencentes a esse contexto dinâmico, só então ele terá alcançado uma ligação real e não mais muda com a sua própria generidade. (LUKÁCS, 2013 p. 601).

Não obstante, toda forma de estranhamento preserva nos sujeitos estranhados sua generidade em si ao situá-los em um patamar acima do ser meramente natural. Ou seja, mesmo sendo acometido pelas formas de estranhamento em sua vida cotidiana, o homem não abandona sua pertencência ao gênero humano mesmo que por vezes esse processo

não seja consciente. A generidade em si abre caminho para o desenvolvimento da generidade para si, para uma individualidade “não mais particular”, pois, personalidades autênticas e estranhadas partem da mesma realidade social, atuam sobre o mesmo contexto real e concreto. E é justamente neste contexto que ocorre a superação da particularidade e da manipulação com vistas ao alcance da generidade para si, da supressão das bases socioeconômicas do complexo de estranhamentos.

Ademais, Lukács alerta para a possibilidade da superação de uma forma de estranhamento se reverter em uma nova forma, muitas vezes bastante distinta da que foi superada, pois,

[...] na prática, é perfeitamente possível que um modo do estranhamento seja socialmente eliminado sem que essa eliminação tenha formado o conteúdo espiritual dos atos pelos quais ela foi real e praticamente efetuada. Esse tipo de ser objetivo, socioeconomicamente determinado, dos estranhamentos chega ao ponto de, quando se modifica essa base real, uma das formas de estranhamento se extinguir e ser substituída por outra, muitas vezes de natureza bem diferente, e isso sem provocar nenhum abalo crítico, seja ele objetivo ou subjetivo; tudo acontece, por assim dizer, de modo puramente evolutivo. (LUKÁCS, 2013, p. 756).

Quanto a isso, Lukács (2013) vincula a discussão da superação dos estranhamentos e da particularidade à questão da “causa”. Para ele, o fato dos sujeitos se organizarem em torno de uma causa relacionada às grandes questões concretas que oprimem a humanidade de alguma forma representa o desenvolvimento da generidade humana, do

reconhecimento do pertencer ao gênero humano através de um projeto que ultrapassa o ser em si e abarca a possibilidade de construção de um conteúdo real e emancipatório. A “causa” ganha espaço em suas discussões justamente por seu conteúdo social, humano, e estabelecer um vínculo entre o indivíduo e a realidade concreta, consciência da estrutura de classes da sociedade.

Lukács (2003a) aponta os preceitos do sistema taylorista de organização do trabalho como marcos da consolidação das relações reificadas do capitalismo. Para ele, esse sistema baseado no cálculo do processo de trabalho implica na racionalização e na fragmentação do ato produtivo. Assim, a mecanização do processo de trabalho acentua o aparecimento de manifestações reificadas na vida cotidiana dos trabalhadores, o que dá a aparência de natural à forma de organização do trabalho e da vida social do capitalismo perante suas “leis naturais”.

O movimento das mercadorias nesse momento histórico pressupõe, portanto, o estabelecimento de uma racionalidade de cálculo na atividade produtiva que culmina em um processo de imposição das relações reificadas a toda a sociedade. Pressupondo o estabelecimento do mercado mundial, pela primeira vez um modo de produção consegue exercer domínio sobre a economia a nível mundial.

[...] as sociedades pré-capitalistas conheceram igualmente a opressão, a exploração extrema que escarnece toda dignidade humana; conheceram até as empresas de massa com um trabalho mecanicamente homogeneizado, como a construção de canais no Egito e no Oriente Médio, ou nas minas de Roma, etc. Todavia, em parte

alguma o trabalho de massa poderia tornar-se um trabalho *racionalmente mecanizado*; as empresas de massa permaneceriam fenômenos isolados no seio de uma coletividade, produzindo de maneira diferente (“naturalmente”) e, portanto, vivendo de maneira diferente. Sendo assim, os escravos explorados dessa maneira estavam à margem do que era considerado como sociedade ‘humana’; seus contemporâneos e mesmo os maiores nobres e pensadores não eram capazes de julgar o destino desses homens como o destino da humanidade. Com a universalidade da categoria mercantil, essa relação muda radical e qualitativamente, o destino do operário torna-se o destino geral de toda a sociedade, visto que a generalização desse destino é a condição necessária para que o processo de trabalho nas empresas se modele segundo essa norma. Pois **a mercadoria racional do processo de trabalho só se torna possível com o aparecimento do “trabalhador livre”, em condições de vender livremente no mercado sua força de trabalho como uma mercadoria “que lhe pertence”, como uma coisa que “possui”**. (LUKÁCS, 2003a, p. 207, grifo meu).

Nesse sentido, com o estabelecimento do mercado mundial a individualidade exerce maior domínio sobre a consciência obstaculizando o alcance da generidade humana. Esse desenvolvimento da individualidade estranhada encontra no mercado mundial “[...] a base incontornável para a realização da unidade existente para si do gênero humano.” (LUKÁCS, 2013, p. 201).

Na história existente até aqui é certamente um fato empírico que os indivíduos singulares, com a extensão da atividade para uma atividade histórico-mundial, tornam-se cada vez mais

submetidos a um poder que lhes é estranho [...] um poder que se torna cada vez maior e que se revela, em última instância, como *mercado mundial*. (MARX; ENGELS 1999, p. 53-54).

Isto é, com o mercado mundial surgem os fundamentos econômicos para a efetiva unificação da humanidade ao mesmo tempo em que a individualidade estranhada assume o controle da consciência humana causando o “fechamento do indivíduo dentro de si mesmo” (LUKÁCS, 2013). Assim, quanto mais desenvolvida a produção de mercadorias, mais intensamente as reificações afetam a vida cotidiana dos sujeitos atingindo desta forma, cada vez mais, o domínio da consciência humana, e distanciando-os de sua genericidade para si, do reconhecimento de sua essência humana.

A metamorfose da relação mercantil num objeto dotado de uma ‘objetivação fantasmagórica’ não pode, portanto, limitar-se à transformação em mercadoria de todos os objetos destinados à satisfação das necessidades. Ela imprime sua estrutura em toda a consciência do homem; as propriedades e as faculdades dessa consciência não se ligam somente à unidade orgânica da pessoa, mas aparecem como ‘coisas’ que o homem pode ‘possuir’ ou ‘vender’, assim como os diversos objetos do mundo exterior. E não há nenhuma forma natural de relação humana, tampouco alguma possibilidade para o homem fazer valer suas ‘propriedades’ físicas e psicológicas que não se submetam, numa proporção crescente, a essa forma de objetivação. (LUKÁCS, 2003a, p. 222-223).

É evidente que a burguesia e o proletariado correspondem ao mesmo autoestranhamento, e compartilham de todas as manifestações fenomênicas reificadas na vida cotidiana. Isso significa que, existindo concretamente na mesma realidade social, ambas as classes vivenciam as mesmas formas de estranhamentos, contudo, cada uma delas de acordo com as especificidades de sua situação concreta. Dito de outra forma, as classes burguesa e proletária se colocam como duas forças sociais atuantes no plano social sob um mesmo autoestranhamento.

Esse aspecto é bastante relevante na medida em que influencia o modo como cada uma das classes tem condições de reconhecer e assomar à consciência os fenômenos da realidade social. Nesse ponto, antes de prosseguir na análise, é importante fazer algumas observações rápidas acerca de *História e consciência de classe*.

Em 1922 em um período de aproximação com o marxismo Lukács escreve *História e consciência de classe* e, posteriormente, em 1967, publica um prefácio no qual retoma algumas questões centrais tratadas em *História e consciência de classe* que, neste livro haviam sido tratadas sob a perspectiva da dialética hegeliana, e as caracteriza enquanto frutos de um momento de transição crítica, como traços de um “utopismo messiânico” que se baseia em argumentos abstratos.

O que se nota, sobretudo, é que *História e consciência de classe* representa objetivamente – contra as intenções subjetivas de seu autor – uma tendência no interior da história do marxismo que, embora revele fortes diferenças tanto no que diz respeito à fundamentação filosófica quanto nas consequências políticas, volta-se, voluntária ou

involuntariamente, contra os fundamentos da ontologia do marxismo. (LUKÁCS, 2003b, p. 14).

Segundo ele, este livro assume posições conflitantes com uma perspectiva ontológica do marxismo na medida em que relativiza a posição da natureza e, desse modo, não reconhece o trabalho como mediador do metabolismo entre os homens e a natureza, portanto, não encontra os fundamentos ontológicos do trabalho humano na medida em que não percebe como ocorre sua relação com a esfera econômica.

Nesse texto, Lukács faz exaustiva crítica ao caráter contemplativo do pensamento burguês e defende que a compreensão que a classe burguesa e a proletária têm da sociedade são distintas, e que até mesmo a construção do conhecimento ocorre de forma diferente, pois, as formas de apreender as manifestações imediatas da realidade são diferentes e exigem métodos de compreensão diferentes.

Sua crítica se baseia no caráter imediatista do pensamento burguês. A realidade social não é compreensível imediatamente, e a superação de uma compreensão aparente ou imediatista, que considere seu movimento histórico e suas condições estruturais, exige mais do que o puro pensamento abstrato. É nesse ponto que Lukács diferencia a compreensão de mundo da burguesia e do proletariado, partindo do pressuposto que uma consciência proletária deve superar o pensamento abstrato e atuar concretamente em uma perspectiva de transformação social. Para tanto, ele afirma que a compreensão da realidade parte de um imediatismo que só pode ser superado através das mediações necessárias para chegar à essência, à produção do objeto, “[...] isso pressupõe que as formas de mediação nas quais e pelas quais é possível

sair do imediatismo da existência dos objetos dados são *mostradas como princípios estruturais e como tendências reais do movimento dos próprios objetos.*” (LUKÁCS, 2003a, p. 319).

Imediatismo e mediação são, portanto, não apenas tipos de atitude coordenados e mutuamente complementares em relação aos objetos da realidade, mas, ao mesmo tempo – conforme a essência dialética da realidade e o caráter dialético dos nossos esforços para nos confrontar com ela –, são também determinações dialeticamente relativizadas. Isto é, toda mediação tem necessariamente de resultar num ponto de vista em que a objetividade produzida por ela assuma a forma do imediatismo. (LUKÁCS, 2003a, p. 320).

Assim, a consciência do proletariado exige, para Lukács, o autoconhecimento de suas condições de classe e o objetivo prático de transformação estrutural da sociedade. As mediações assumem, desta feita, uma importante função teórica e metodológica na compreensão da realidade pelo proletariado, enquanto a compreensão burguesa se mostra limitada ao deter-se no imediatismo teórico. “Na diferença dessas duas atitudes teóricas expressa-se, antes, a distinção do ser social de ambas as classes.” (LUKÁCS, 2003a, p. 332).

A tese da qual partimos, de que na sociedade capitalista o ser social é – imediatamente – o mesmo para a burguesia e para o proletariado, permanece inalterada. Porém, pode-se acrescentar que, por meio do motor dos interesses de classe, esse mesmo ser mantém presa a burguesia nesse

imediatismo, enquanto impele o proletariado para além dele. [...] Para o proletariado, tomar consciência da essência dialética da sua existência é uma questão de vida ou morte, enquanto a burguesia encobre a estrutura dialética do processo histórico na vida cotidiana com as categorias abstratas de reflexão [...]. (LUKÁCS, 2003a, p. 334).

Em um dos pontos centrais posteriormente revistos no prefácio de 1967, ao tratar da compreensão do processo histórico pela burguesia, Lukács afirma que nesta, o sujeito e o objeto sofrem uma duplicação na medida em que o sujeito é visto como um elemento no processo produtivo e um mero expectador impotente diante desse processo, um objeto capaz de se submeter à condição de objeto em troca de um salário mas que, acima de tudo, tem a capacidade de se reconhecer enquanto objeto; ou seja, o “sujeito-objeto” é um objeto autoconsciente de sua “condição de objeto”. Essa crítica é feita por meio de traços “lógicos-filosóficos” típicos de sua herança hegeliana que reconhece a existência de um sujeito-objeto idêntico, que, em Lukács é produto do processo histórico que culmina na realização do proletariado através de sua consciência de classe que o tornaria o “sujeito-objeto idêntico da história” (2003b).

Em *História e consciência de classe* ele argumenta que o sujeito do processo de trabalho, que tem a força de trabalho como mercadoria – mercadoria esta que é parte de seu corpo físico - é capaz de tornar-se consciente de si enquanto mercadoria, “[...] visto que aqui a consciência não é a consciência de um objeto oposto a ela, mas a autoconsciência do

objeto, o ato de tornar-se consciente modifica a forma de objetivação do seu objeto”. (LUKÁCS, 2003a, p. 357).

Mas será que o sujeito-objeto idêntico é mais do que uma construção puramente metafísica? Será que um sujeito-objeto idêntico é efetivamente produzido por um autoconhecimento, por mais adequado que seja, mesmo que tenha como base um conhecimento adequado do mundo social, ou seja, será que ele é produzido numa consciência de si, por mais completa que seja? Basta formular a questão com precisão pra respondê-la negativamente. Pois, mesmo que o conteúdo do conhecimento possa ser referido ao sujeito do conhecimento, o ato do conhecimento não perde com isso seu caráter alienado. (LUKÁCS, 2003b, p. 25).

Desse modo, em 1967 Lukács considera superado seu posicionamento acerca do surgimento do proletariado como um sujeito-objeto idêntico da história por considerar que este transcende as condições históricas da realidade objetiva. Não cabe aqui estender as discussões em termos filosóficos ou sequer resgatar todo o percurso teórico de Lukács retomado no prefácio, contudo, é importante destacar que ele aponta como momentos essenciais para a superação destas limitações teórico-metodológicas a leitura dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* que o mesmo realizou na década de 1930, bem como a aproximação com a crítica de Lenin.

Porém, o autoconhecimento do trabalhador como mercadoria já existe como conhecimento prático. Ou seja, *este conhecimento realiza uma modificação objetiva e estrutural no objeto do seu conhecimento*. O caráter especial e objetivo do trabalho como mercadoria, seu ‘valor de uso’ (sua capacidade de fornecer um produto excedente), que como todo valor de uso submerge sem deixar rastros nas categorias quantitativas de troca, desperta nessa consciência e por meio dela *para a realidade social*. **O caráter especial do trabalho como mercadoria, que sem essa consciência é um motor desconhecido do desenvolvimento econômico, objetiva-se a si mesmo por meio dessa consciência. Quando, porém, vem à luz a objetivação específica desse tipo de mercadoria, que é uma relação entre homens sob uma capa reificada, um núcleo vivo e qualitativo sob uma crosta quantificadora, pode ser desvendado o caráter fetichista de cada mercadoria, fundado na força de trabalho como mercadoria.** (LUKÁCS, 2003a, p. 342, grifo meu).

Em sua autocrítica, Lukács também aponta que sua compreensão de consciência de classe era limitada por um utopismo abstrato. Ele defendia que no momento em que a produção de mercadorias exige o surgimento do trabalhador assalariado e “livre” - com características distintas de todas as demais formas de trabalho precedentes -, a organização racional e fragmentada do trabalho e da vida social proporcionam as condições históricas de sua superação, e conjuntamente constituem os pressupostos fundamentais e reais para que o proletariado se constitua e se reconheça enquanto classe. Contudo, a consciência de classe proletária e a tentativa de superação das formas de estranhamento, ou seja, o reconhecimento do pertencimento ao

gênero humano ocorre através de intensa luta social, no enfrentamento das condições objetivas que impelem os sujeitos à sua genericidade em si.

Neste momento, a par dos fundamentos categoriais que possibilitam a compreensão do desenvolvimento contraditório da produção capitalista, já é possível iniciar análise acerca do surgimento da produção em massa e do fenômeno da manipulação do consumo, questão central deste estudo.

3. PRODUÇÃO EM MASSA E MANIPULAÇÃO DO CONSUMO

3.1. Aspectos gerais da redução do tempo de trabalho e do aumento da produtividade

O processo de trabalho no modo de produção capitalista assume um caráter peculiar, que o distingue das demais formas de composição do trabalho precedentes. Nele a transformação do dinheiro em capital - movimento que se forja no processo produtivo e se desenvolve na esfera da circulação – é impulsionada em escala e intensidade sobremaneira superiores diante do capital que se autovaloriza ao tornar o processo de trabalho, concomitantemente, um processo de valorização (MARX, 2013). Esse processo de valorização, que pressupõe o sistema de trabalho assalariado, traz algumas especificidades que precisam ser analisadas para se compreender o movimento histórico do capitalismo.

É elementar que o trabalho humano ao ser tomado sob o controle do assalariamento gera mais-valor que se integra ao capital total empregado na produção e fomenta o processo de valorização. As formas sob as quais o trabalho é subsumido ao capital acompanham uma tendência histórica de redução do tempo de trabalho socialmente necessário que resulta no surgimento da produção em massa. É esse movimento que o presente capítulo busca analisar, primeiramente.

O escravo deixa de ser um instrumento de produção pertencente a quem o emprega. A

relação entre mestre e oficial desaparece. O mestre, que antigamente se distinguia do oficial pelo conhecimento do ofício, confronta-se com este apenas como possuidor de capital assim como o outro se lhe contrapõe como vendedor da força de trabalho. Antes do processo de produção todos eles se defrontaram como possuidores de mercadorias e mantinham entre si *unicamente* uma *relação puramente monetária*; no interior do processo de produção defrontam-se como agentes personificados dos fatores que intervêm nesse processo: o capitalista como ‘capital’, o produtor direto como ‘trabalho’ e a sua relação está determinada pelo trabalho como simples fator do capital que se autovaloriza. (MARX, 1980, p. 88).

Nessa perspectiva, o trabalho então subsumido pelo capital através da figura do capitalista fica sujeito a um contrato que prevê a venda da força de trabalho. Aqui, os fatores do processo de trabalho – trabalho e capital - aparecem personificados nas figuras do trabalhador e do capitalista. Nesse contexto em que o processo de trabalho fica submetido à valorização do capital, o capital adiantado no processo de produção deve gerar um novo equivalente, “[...] com o fim de obter mais dinheiro do dinheiro” (MARX, 1980, p. 88). Essa valorização se dá através da exploração do trabalho.

Aqui aparece também uma mistificação inerente à *relação capitalista*: a faculdade que o trabalho possui de conservar valor apresenta-se como faculdade de autoconservação do capital; a faculdade que possui o trabalho de gerar valor (apresenta-se) como faculdade de autovalorização do capital – e, no conjunto, e, por definição, o

trabalho *objetivado* aparece como se utilizasse o trabalho *vivo*. (MARX, 1980, p. 89).

Historicamente, a relação entre trabalho e capital surge sob a forma do que Marx (1980) chamou de “subsunção formal” ao capital. Para Marx essa relação consistia no modo pelo qual os capitalistas exerciam domínio econômico sobre os trabalhadores através dos contratos de trabalho sem, contudo, transformar a base sobre a qual se estruturavam os processos de trabalho pré-existentes, o que só ocorrerá posteriormente quando o trabalho torna-se sujeito a uma “subsunção real” ao capital.

O caráter distintivo da *subsunção formal do trabalho no capital* destaca-se, com a maior clareza, mediante o cotejo com situações em que o capital já existe desempenhando certas funções subordinadas, mas não ainda na sua função dominante, determinante da forma social geral, na sua função de comprador direto de trabalho, e se apropria diretamente do processo de produção. (MARX, 1980, p. 91).

Através da subsunção formal, o capital se impõe a um modo de produzir que em sua essência não é especificamente capitalista. Isto significa dizer que nesse momento, os processos de trabalho ainda ocorriam com base em configurações anteriores a então emergente forma capitalista, o que implicava na manutenção de determinadas formas de organização do trabalho e condições de produção precedentes.

[...] o capital subsume em si *determinado processo de trabalho existente*, como, por exemplo, o trabalho artesanal ou o tipo da agricultura que corresponde à pequena economia camponesa autônoma. As modificações que se operarem nestes *processos de trabalho* tradicionais que caíram na sua alçada só podem ser consequências paulatinas da prévia subsunção de determinados processos de trabalho tradicionais no capital. (MARX, 1980, p. 89).

A subsunção formal ao capital implica na intensificação do processo de trabalho através do prolongamento da jornada de trabalho, com vistas a ampliar a extração de mais-valor. Ao aumentar a duração do processo de trabalho e intensificar as condições sob as quais o mesmo é operado, o trabalho passa paulatinamente a ser organizado de forma mais mecânica e, por conseguinte, toma um caráter de “continuidade” (MARX, 1980). Diante disso, é evidente que, ao estender a jornada de trabalho, a única forma possível de extração de mais-valor é o mais-valor absoluto, que pressupõe diretamente o prolongamento do tempo de trabalho e sua intensificação.

Todavia, sobre esta base foi possível que o processo de trabalho se organizasse de tal modo que teve sua composição real totalmente transformada, consolidando um novo modo de produção que se apresenta de fato como especificamente capitalista. Nesse contexto, o volume do capital empregado na produção por capitalistas individuais e a quantidade de trabalhadores inseridos no processo produtivo aumentam substancialmente, em conformidade com o volume de

mercadorias produzidas. Essa expansão da produção corresponde ao surgimento do que Marx (1980) refere-se como “produção em larga escala” que, mesmo se manifestando contingentemente em algumas sociedades anteriores, somente nesse momento exerce influência em maior proporção.

O que desde o início distingue o processo de trabalho subsumido, embora apenas formalmente, no capital – e que o vai diferenciando cada vez mais, mesmo com base no processo de trabalho tradicional – é a *escala* em que se efetua; o mesmo é dizer, por um lado, a vastidão dos meios de produção adiantados, e, por outro, a quantidade de operários dirigidos pelo mesmo padrão [...]. (MARX, 1980, p. 90).

Sendo assim, o aumento do emprego de capitais individuais na produção altera significativamente a organização do trabalho e as relações sob as quais capitalista e trabalhador se confrontam no processo produtivo, aumentando o volume da produção através do aperfeiçoamento técnico do trabalho, premissa dessa forma histórica. A intensificação da divisão social do trabalho no interior das indústrias, o uso da maquinaria e o avanço das ciências corroboram então para a legitimação do modo capitalista de produzir, pois “[...] é aqui que o significado histórico da produção capitalista surge pela primeira vez de maneira gritante (de maneira específica) [...]” e o capitalismo se estrutura afinal enquanto “modo de produção *sui generis*” (MARX, 1980, p. 93).

Por esta razão, se evidencia o aumento da produtividade do trabalho e consequentemente do aumento do volume da produção a despeito da queda no valor individual das mercadorias provocado pelo predomínio da utilização de maquinaria e pelo aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas do trabalho. Isto representa o crescimento da parcela do capital convertido em meios de produção, o capital constante, em detrimento daquele empregado em força de trabalho, o capital variável.

Do mesmo modo, o aumento da produtividade do trabalho também incita o surgimento de novos ramos da produção, que tendem sempre a assumir e expandir sua escala produtiva reduzindo, cada vez mais, o tempo de trabalho.

O resultado *material* da produção capitalista – para além do desenvolvimento das *forças produtivas sociais* do trabalho – é o *aumento da massa da produção* e a *multiplicação e diversificação das esferas produtivas* e das suas ramificações; só depois disto se desenvolve correspondentemente o *valor de troca* dos produtos: a *esfera* onde operam ou se realizam como *valor de troca*. (MARX, 1980, p. 107).

Outrossim, é importante que se diga que mesmo o trabalho operando plenamente por meio da subsunção real ao capital o sistema de trabalho assalariado não prescinde historicamente de sua forma de subsunção formal – e da extração do mais-valor absoluto -, que permanece enquanto princípio da subsunção real. Para Marx (1980, p. 93) o mais-valor absoluto e o relativo

[...] correspondem a duas formas separadas da subsunção do trabalho no capital, ou duas formas separadas da produção capitalista, das quais a primeira precede sempre a segunda, embora a mais desenvolvida, a segunda, possa constituir por sua vez a base para a introdução da primeira em novos ramos da produção.

Antes de tudo, percebe-se que a forma mais complexa de mais-valor, o relativo, pressupõe o absoluto. Porém, é importante frisar que o mais-valor absoluto deriva da extensão do tempo de duração da jornada de trabalho e sua intensificação. Em contrapartida, o relativo não pressupõe o prolongamento da jornada de trabalho e sim sua redução. Para tanto, a divide em duas partes, trabalho necessário e mais-trabalho, e pressupõe a intensificação deste último. Em suma, Marx define mais-valor absoluto e mais-valor relativo da seguinte forma:

O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo. (MARX, 2013, p. 390).

A intenção de prolongar a parte do mais-valor relativo composta pelo mais-trabalho impulsiona o capitalista a aperfeiçoar os métodos de trabalho para que, em menor tempo, o trabalhador produza o equivalente de seu salário. Desse modo a produção do mais-valor

relativo acaba por transformar completamente a estrutura do processo produtivo, atuando sobre todos os ramos da produção e alterando gradualmente a organização do trabalho nas indústrias. O mais-valor relativo fundamenta a subsunção real do trabalho ao capital, isto é: os novos moldes sob os quais o capital exerce seu domínio econômico e político subsiste através da extração do mais-valor relativo.

A alteração relativa na grandeza das partes consecutivas da jornada de trabalho, ao promover o prolongamento do mais-trabalho por meio da redução do tempo de trabalho necessário, resulta em uma profunda mudança na intensidade e na produtividade do trabalho.

Por elevação da força produtiva do trabalho entendemos precisamente uma alteração no processo de trabalho por meio da qual o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é reduzido, de modo que uma quantidade menor de trabalho é dotada da força para produzir uma quantidade maior de valor de uso. Assim, enquanto na produção de mais-valor, na forma até aqui considerada, o modo de produção foi pressuposto como dado, para a produção de mais-valor por meio da transformação do trabalho necessário em mais-trabalho é absolutamente insuficiente que o capital se apodere do processo de trabalho tal como ele foi historicamente herdado ou tal como ele já existe, limitando-se a prolongar a sua duração. Para aumentar a produtividade do trabalho, reduzir o valor da força de trabalho por meio da elevação da força produtiva do trabalho e, assim, encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução desse valor, ele tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, revolucionar o

próprio modo de produção. (MARX, 2013, p. 389-390).

Segundo Marx (2013, p. 394) “[...] o mais-valor relativo aumenta na proporção direta do desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ao passo que o valor das mercadorias cai na proporção inversa desse mesmo desenvolvimento [...]”, tendo em vista que esse processo reduz a parcela de trabalho humano cristalizado em cada mercadoria individual. Não obstante, o preço das mercadorias é reduzido pela mesma relação.

Com isso o interesse do capitalista na produção é aumentar a parcela de mais-trabalho em detrimento da parcela composta pelo tempo de trabalho necessário para a reprodução do trabalhador, e o capitalista individual que consegue apropriar-se de uma parcela maior do mais-trabalho consegue realizar a produção em maior escala, devido ao aumento da produtividade. Contudo, os novos métodos de produção tendem a se universalizar entre os produtores por meio do que Marx define como “lei coercitiva da concorrência”, afetando diretamente o preço das mercadorias produzidas, dentre elas os meios de subsistência dos trabalhadores. (MARX, 2013).

A extração do mais-valor relativo e o aumento da produtividade do trabalho são fatores essenciais para a compreensão do surgimento da produção em massa. Ao reduzir relativamente a parcela do capital variável empregado na produção, eles pressupõem a ampliação da participação do capital constante na medida em que indicam o predomínio da ciência e da tecnologia no processo produtivo, o que possibilita a produção em uma escala quantitativamente maior.

Uma vez que a massa global de trabalho vivo adicionada aos meios de produção decresce em relação ao valor desses meios de produção, o trabalho não pago e a parte que o representa, do valor, também diminuem em relação ao valor de todo o capital adiantado. Em outras palavras, parte alíquota cada vez menor desse capital desembolsado se transforma em trabalho vivo, e a totalidade desse capital suga, portanto, relativamente à magnitude, quantidade cada vez menor de trabalho excedente, embora, ao mesmo tempo, possa aumentar a parte não paga em relação à parte paga do trabalho aplicado. O decréscimo e o acréscimo relativos, respectivamente, do capital variável e do constante, embora cresçam ambos em termos absolutos, constituem apenas, conforme vimos, outra expressão do aumento da produtividade do trabalho. (MARX, 2008b, p. 286).

Para tanto, um dos métodos de trabalho que o capitalismo cria nesse momento, é o que Marx chamou de “cooperação”, que se refere ao emprego de número maior de trabalhadores operando os meios de produção no mesmo espaço, e ao mesmo tempo, sob o controle de capitalistas individuais. Segundo ele, essa “É a primeira alteração que o processo de trabalho efetivo experimenta em sua subsunção ao capital.” (MARX, 2013, p. 410).

Marx (2013, p. 400) define a cooperação como “A forma de trabalho dentro da qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, porém conexos [...]”. Esse método está na base da produção capitalista e altera significativamente

as condições objetivas do processo de trabalho ao permitir que o capital empregado na produção seja realizado com maior rapidez, pois reduz em grande medida o tempo de trabalho ao possibilitar o consumo comum dos meios de trabalho pelos trabalhadores no ato produtivo.

Nesse momento aparece o trabalhador coletivo, que é parte de um processo de trabalho social e combinado, e o produto de seu trabalho, a mercadoria, é um produto social, fruto do trabalho social. A cooperação enquanto método ou estratégia de organização do trabalho também culmina no surgimento de cargos de gerência e supervisão da produção enquanto funções específicas do capital, no intuito de sistematizar e ordenar as atividades individuais e comuns dentro da produção. “Um violinista isolado dirige a si mesmo, mas uma orquestra requer um regente. Essa função de direção, supervisão e mediação torna-se função do capital assim que o trabalho a ele submetido se torna cooperativo.” (MARX, 2013, p. 406).

Enquanto o processo de trabalho permanece puramente individual, o mesmo trabalhador reúne em si todas as funções que mais tarde se apartam umas das outras. Em seu ato individual de apropriação de objetos da natureza para suas finalidades vitais, ele controla a si mesmo. Mais tarde, ele é que será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem o emprego de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Assim como no sistema natural a cabeça e as mãos estão interligadas, também o processo de trabalho conecta o trabalho intelectual ao trabalho manual. Mais tarde, eles se separam até formar um antagonismo hostil. O produto, que antes era o produto direto do produtor individual,

transforma-se num produto social, no produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram a uma distância maior ou menor do manuseio do objeto de trabalho. Desse modo, a ampliação do caráter cooperativo do próprio processo de trabalho é necessariamente acompanhada da ampliação do conceito de trabalho produtivo e de seu portador, o trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos; basta, agora, ser um órgão do trabalhador coletivo, executar qualquer uma de suas subfunções. (MARX, 2013, p. 577).

A produção capitalista é essencialmente produção de mais-valor, subsiste apenas por meio da exploração da força de trabalho e essa é o pressuposto do trabalhador produtivo, que se apresenta quando o processo de trabalho se torna um processo social.

Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o padrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. (MARX, 2013, p. 578).

Essas características que imprimem um caráter social ao trabalho são fatores importantes para o desenvolvimento das forças

produtivas e consequentemente da produtividade do trabalho. Esses avanços representam uma alteração na composição técnica do capital que faz com que a massa dos meios de produção aumente com relação à massa da força de trabalho que os opera. Do ponto de vista do valor, o componente variável se torna cada vez menor com relação ao constante, ou seja, a parte variável do capital empregada na produção, ainda que cresça quantitativamente, decresce proporcionalmente à parte constante.

A composição do capital deve ser considerada em dois sentidos. Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. Chamo a primeira de composição de valor e a segunda, de composição técnica do capital. (MAX, 2013, p. 689).

Portanto, a modificação da composição técnica do capital corresponde historicamente à própria reprodução do capital enquanto força social. Nesse contexto o aumento da produtividade e do volume de mercadorias se reflete na composição do valor ou composição orgânica do capital, movimento que corresponde a uma tendência histórica do

capital à queda da taxa de lucro² evidencia uma propensão a reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário e promover assim uma intensificação da extração de mais-valor relativo. A tendência a cair a taxa de lucro - concebe-se o lucro enquanto o mais-valor, considerado com relação ao capital total adiantado na produção - é uma manifestação histórica do desenvolvimento da produtividade social do trabalho, por isso faz parte da essência da produção capitalista de mercadorias.

A taxa de lucro cai não por tornar-se o trabalho mais improdutivo, mas por tornar-se mais produtivo. Ambas, a elevação da taxa de mais-valor e a queda da taxa de lucro, são apenas formas particulares em que se expressa, em termos capitalistas, a produtividade crescente do trabalho. (MARX, 2008b, p. 316).

A queda da taxa de lucro, portanto, refere-se à tendência histórica do desenvolvimento capitalista que conecta todo o caminho teórico que este item se propõe a analisar, pois dá sentido histórico ao aumento da produtividade do trabalho social, cabe reiterar, derivada do decréscimo relativo do capital variável comparado ao constante na produção de mercadorias. Sendo assim, a queda da taxa de lucro não significa uma redução na massa de lucro, que cresce proporcionalmente ao aumento da produtividade, em suma: “As mesmas leis geram, para o capital da sociedade, crescimento absoluto da massa de lucro e taxa cadente de lucro.” (MARX, 2008b, p. 290).

² A taxa de lucro é obtida com a divisão do mais-valor pelo capital total (constante e variável) adiantado na produção: $l' = m/c$. (MARX, 2008b, p. 71).

Esse processo resulta na queda dos preços dos produtos, dado que o aumento da produtividade resulta na produção de uma massa maior de mercadorias produzidas com uma quantidade menor de trabalho humano, logo, essas mercadorias singulares passam a conter quantidade menor de trabalho materializado. Desse modo a queda da taxa de lucro de forma alguma expressa uma redução no grau de exploração do trabalhador, mas sim o emprego de quantidade menor de trabalho proporcionalmente ao capital total aplicado na produção.

Na superfície, este fenômeno mostra apenas: queda da massa de lucro por cada mercadoria, queda de seu preço, aumento da massa de lucro correspondente à totalidade aumentada das mercadorias que produz todo o capital da sociedade ou ainda o capitalista isolado. Aventa-se então que o capitalista, por ser esta sua livre e espontânea vontade, reduz o lucro por unidade, mas se compensa pelo maior número de mercadorias que produz. (MARX, 2008b, p. 303).

Ao elevar o grau de produtividade do trabalho sobre consequentemente o volume dos meios de produção utilizados e de valores-de-uso produzidos, mesmo que decresça relativamente a massa da força de trabalho que atua na produção. Desse modo, a reprodução do capital encontra na produtividade do trabalho uma “alavanca” para sua acumulação, para sua reprodução em grande escala (MARX, 2008b).

Estamos abstraindo de que, com o progresso da produção capitalista, com o desenvolvimento da

produtividade do trabalho social, com a diversificação dos ramos da produção e, por conseguinte, dos produtos, a mesma magnitude de valor se configura em massa cada vez maior de valores-de-uso e de coisas a fruir. (MARX, 2008b, p. 290).

Simultaneamente, o alargamento da escala de produção incita, cada vez mais, o emprego de capitais individuais de grandeza cada vez maior para pôr em movimento uma massa também maior de meios de produção e força de trabalho. O aumento da força produtiva do trabalho social indica um processo de acumulação de capital que, contrariamente, gera uma “superpopulação relativa”, relativamente excedente às necessidades imediatas de processo de valorização. Essa população excedente para Marx (2008b, p. 289) é “[...] o viveiro onde realmente se procria gente de maneira rápida, pois na produção capitalista a miséria produz população.”

À produção capitalista não basta de modo algum a quantidade de força de trabalho disponível fornecida pelo crescimento natural da população. Ela necessita, para assegurar sua liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural. (MARX, 2013, p. 710).

A queda da taxa de lucro e a acumulação de capital não são tendências opostas, mas sim aspectos distintos de um só processo que se legitimam através do aumento da extração do mais-valor sob o comando de capitalistas individuais, pois, a “[...] acumulação acelera a queda da

taxa de lucro [...]” e a “[...] queda da taxa de lucro, por sua vez, acelera a concentração do capital e sua centralização [...]” (MARX, 2013, p. 319). Diante disso, devido à elevação da produtividade a queda tendencial da taxa de lucro implica de forma imediata na acumulação de mercadorias, que, por sua vez, expande os mercados – por vezes em nível internacional – e, por fim, acelera a acumulação de capital.

Nesse contexto de acumulação e concentração crescente, o capital aparece com uma configuração técnica superior e aperfeiçoada que, cada vez mais, implica no decréscimo absoluto da demanda por trabalho no processo produtivo, o que fica mais evidente quanto mais concentrados os capitais se encontram. Nesse processo, ao aumentar o capital dos capitalistas individuais aumenta a força social do capital, personificada na figura do capitalista.

Cada capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção e dotada de comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação. Juntamente com a massa multiplicada da riqueza que funciona como capital, ela amplia sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas. O crescimento do capital social se consoma no crescimento de muitos capitais individuais. Pressupondo-se inalteradas as demais circunstâncias, crescem os capitais individuais e, com eles, a concentração dos meios de produção na proporção em que constituem partes alíquotas do capital social total. (MARX, 2013, p. 701).

A acumulação de capital que pressupõe uma concentração simples de meios de produção e força de trabalho se desenvolve até que os capitais individuais são contrapostos por uma atração de capital por capital, que leva à expropriação de capitais de menor grandeza por capitais de maior grandeza. A esse processo Marx denomina centralização, que é a atração do capital pelo próprio capital considerando que “Se aqui o capital cresce nas mãos de um homem até atingir grandes massas, é porque acolá ele se perde nas mãos de muitos outros homens. Trata-se da centralização propriamente dita, que se distingue da acumulação e da concentração.” (MARX, 2013, p. 702).

Com a centralização, também nasce um sistema de crédito como mecanismo específico da acumulação capitalista que favorece o pleno desenvolvimento da centralização de capitais ao proporcionar o acesso dos capitalistas a grandes somas de recursos monetários. A centralização se configura, portanto, enquanto forma de redistribuição e reorganização de capitais entre as indústrias no cenário da “luta concorrencial”. “Se aqui o capital pode crescer nas mãos de um homem até formar massas grandiosas é porque acolá ele é retirado das mãos de muitos outros homens.” (MARX, 2013, p. 702-703).

A par desses elementos, já é possível analisar o movimento histórico da produção capitalista e delimitar os aspectos que conduziram à redução do tempo de trabalho por meio do aumento da produtividade. Em síntese:

Três fatos que marcam a produção capitalista:

1) **Concentração dos meios de produção em poucas mãos**, e, por isso, não aparecem mais eles como propriedade dos trabalhadores imediatos, transformando-se, ao contrário, em potências sociais da produção, embora se apresentem como propriedade particular dos capitalistas. Estes são os síndicos da sociedade burguesa, mas embolsam todos os frutos da administração que exercem.

2) **Organização do trabalho como trabalho social**, por meio da cooperação, da divisão do trabalho e da união do trabalho com as ciências naturais.

Nos dois sentidos, o modo capitalista de produção suprime a propriedade privada e o trabalho privado, embora sob formas contraditórias.

3) **Constituição do mercado mundial**. (MARX, 2008, p. 346, grifo meu).

A concentração é resultado do avanço do processo acumulativo e exprime a tendência do capital a aglomerar-se em grandes unidades, os capitais individuais aumentam e aumentam a escala de produção que podem realizar. Esse processo evidencia a transformação que o capitalismo enfrentou nas últimas décadas do século XIX com a formação dos primeiros monopólios, fator essencial para uma ampliação substantiva da escala de produção.

3.2. Fundamentos históricos do processo de concentração e centralização: o capitalismo monopolista

Marx faz uma análise eminente do modo capitalista de produção de mercadorias, que nasce sob a égide da livre concorrência e, ao estudar o desenvolvimento do capitalismo concorrencial, percebe que

sua expansão engendra uma tendência à concentração da produção, que é a chave para a compreensão de um sistema novo que se consolida na transição do século XIX ao XX perante a formação de monopólios. “O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de *mercadorias*. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de *capital*.” (LENIN, 2010, p. 61).

Não nos encontramos já em presença da luta da concorrência entre pequenas e grandes empresas, entre estabelecimentos tecnicamente atrasados e estabelecimentos de técnica avançada. Encontramo-nos perante o estrangulamento, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade. (LENIN, 2010, p. 27).

A análise de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo em sua forma concorrencial constata que ao longo das décadas a livre concorrência, que era considerada como uma lei econômica natural, conduz a uma tendência histórica à concentração e à centralização de capital. Cabe dizer: a concentração refere-se ao próprio processo acumulativo que pressupõe o surgimento da produção em larga escala na medida em que acumula capital nas mãos de capitalistas individuais, enquanto a centralização refere-se à distribuição de capitais já existentes, à expropriação de capital por capital.

Esse movimento histórico, que resulta na concentração de grandes quantidades de capital desemboca no surgimento de grandes

empresas que representam imensos agregados de capital. Essas empresas gigantes, os monopólios, são resultados da acumulação de capital que conduz ao alargamento da escala de produção e consequentemente à concentração, isto é, em determinado grau de desenvolvimento, a concentração cria o monopólio. Desse modo, a forma que o capitalismo assume ainda nas últimas décadas do século XIX é denominada monopolista ou imperialista.

Lenin é a figura de maior representatividade na análise do capitalismo monopolista ou imperialista. Sua obra *O Imperialismo: fase superior do capitalismo* representa a precursora e exímia contribuição teórica da passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, na qual Lenin (2010) identifica traços característicos à expansão imperialista, que se refere à dominação política e econômica marcada pela expansão colonial, ainda anterior ao capitalismo, como a exercida pelo Império Romano sobre bases escravistas.

Lenin (2010) percebe uma nova forma de dominação e exploração do capitalismo monopolista através da supremacia do capital financeiro, sustentada pela socialização da produção e por forte relação de dependência econômica entre países centrais e periféricos, pautada no domínio da tecnologia e no endividamento. Quando o avanço da produção de mercadorias atinge certo grau superior de desenvolvimento, as características fundamentais que a deram origem à sua estrutura econômica ampliam-se de tal modo que elevam a produção capitalista a um patamar superior, o capitalismo concorrencial transforma-se em imperialismo quando suas características fundamentais transformam-se em “[...] sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em

toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada.” (LENIN, 2010, p. 87).

A Inglaterra, “oficina do mundo”, é o primeiro país a elevar a produção de mercadorias à condição capitalista, fornecendo produtos manufaturados em troca de alimentos e demais matérias-primas no comércio internacional ainda no século XIX.

Mas *este* monopólio da Inglaterra enfraqueceu no último quartel do século XIX, pois alguns outros países, defendendo-se por meio de direitos alfandegários protecionistas, tinham-se transformado em Estados capitalistas independentes. No limiar do século XX assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha se alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme excedente de capital nos países avançados. (LENIN, 2010, p. 61).

Esse excedente de capital, historicamente gerou as condições à acumulação de capital e consequentemente à concentração e à formação de monopólios. Lenine (2010) situa o surgimento desse processo em meados de 1860, ainda que seu pleno desenvolvimento ocorra no início do século XX, especialmente na Europa. “No que se refere à Europa, pode-se fixar com bastante exatidão o momento em que o novo capitalismo veio substituir *definitivamente* o velho: em princípios do século XX.” (LENIN, 2010, p. 21).

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LENIN, 2010, p. 23).

A gênese dos monopólios corresponde, portanto, ao desenvolvimento de um processo que se expressa através da formação dos primeiros cartéis e trustes ainda no último quartel do século XIX, processo esse que ganha força na passagem para o século XX. Os cartéis e trustes representam acordos sobre preços, prazos, divisão de mercados, volumes de mercadorias, e também agrupamentos entre as grandes empresas que dispõem de grandes montantes de capital, no intuito de subjugar a concorrência em nível mundial.

As associações de monopolistas capitalistas – cartéis, sindicatos, *trusts* – partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do país. Mas sob o capitalismo o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. E à medida que foi aumentando a exportação de capitais e se foram alargando, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias e as esferas de influência das maiores associações

monopolistas, a marcha natural das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais. (LENIN, 2010, p. 67).

Lenin (2010, p. 19) também aponta para o aparecimento da chamada “combinação”, que se refere a “[...] reunião em uma só empresa de diferentes ramos da indústria”, desde a elaboração das matérias-primas até a venda. Isso ocorre nesse momento em que as grandes empresas incorporam as menores, atingindo proporções ainda maiores. “Algumas dezenas de milhares de grandes empresas são tudo, os milhões de pequenas empresas não são nada.” (LENIN, 2010, p. 17).

Assim, apesar das distintas formas de surgimento e organização dos monopólios nos diferentes países, bem como os diferentes momentos de seu aparecimento, correspondem às especificidades do sistema econômico de cada um desses países, como as relações estabelecidas pelo comércio exterior. Contudo, é evidente que o surgimento dos monopólios corresponde à essência do modo de produção capitalista, sendo, portanto, um decurso social do desenvolvimento do capitalismo.

O capitalismo monopolista é marcado pela concentração da produção e formação de grandes empresas, pelo fortalecimento do domínio político e econômico dos países centrais sobre periféricos, pelo forte poder militar, pela intermediação dos bancos no sistema produtivo e por uma intensa incrementação tecnológica que serve à criação e ao aprimoramento de instrumentos de trabalho, meios de transporte e de comunicação enquanto mecanismos para facilitar o acesso à produção e ao consumo de mercadorias.

Por um lado, a concentração determinou o emprego de enormes capitais nas empresas; por isso, as novas empresas encontram-se perante exigências cada vez mais elevadas no que respeita ao volume de capital necessário, e esta circunstância dificulta o seu aparecimento. Mas, por outro lado, (e este ponto consideramo-lo mais importante), **cada nova empresa que queira manter-se ao nível das empresas gigantescas criadas pela concentração representa um aumento tão grande da oferta de mercadorias que a sua venda lucrativa só é possível com a condição de um aumento extraordinário da procura**, pois, caso contrário, essa abundância de produtos faz baixar os preços a um nível desvantajoso para a nova fábrica e para as associações monopolistas. (LEVY apud LENIN, 2010, p. 15, grifo meu).

Isto significa que o crescimento dos monopólios avança na transição do século XX impondo à produção capitalista a contínua ampliação de sua escala de produção, alterando significativamente as relações de produção e de consumo estabelecidas, ponto que será tratado com maior atenção adiante.

Ademais, é essencial resgatar o carácter social da produção capitalista constatado por Marx (2013) para compreender suas particularidades na forma monopolista, pois, quando a concorrência transforma-se em monopólio, “Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos.” (LENIN, 2010, p. 26). A socialização na produção atinge tal nível que se torna possível

aos grandes capitalistas ter acesso a todas as fontes de matérias-primas de um país e, ao mesmo tempo, calcular a capacidade dos mercados aos quais seus produtos serão vendidos, além de monopolizar a força de trabalho qualificada. “A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada.” (LENIN, 2010, p. 26).

O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. (LENIN, 2010, p. 26).

Nesse processo, os bancos assumem papel central para a organização e ascensão da grande empresa monopolista. “O século XX assinala, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro.” (LENIN, 2010, p. 46). De fato, o predomínio do capital financeiro fortalece a supremacia do monopólio, pois, ainda que a produção mercantil continue sendo a base da economia, os grandes monopólios se consolidam através do estabelecimento de consórcios, compra e venda de ações e sistema de crédito. Dessa forma, o capital financeiro predomina sob a forma imperialista do capitalismo.

O capital-dinheiro e os bancos, como veremos, tornam ainda mais esmagador esse predomínio de

um punhado de grandes empresas, e dizemos esmagador no sentido mais literal da palavra, isto é, milhões de pequenos, médios, e até uma parte dos grandes patrões, encontram-se de fato completamente submetidos a uma das poucas centenas de financeiros milionários. (LENIN, 2010, p. 18).

Para tanto, os bancos funcionam primeiramente enquanto intermediários nas operações das empresas na medida em que concentram grande parte do capital dos capitalistas sob sua posse. “É assim que eles convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro; reúnem toda a espécie de rendimentos em dinheiro e colocam-nos à disposição da classe capitalista.” (LENIN, 2010, p. 31). Isso permite à oligarquia financeira conhecer e controlar por meio das transações bancárias de toda a sociedade capitalista as relações industriais e comerciais dos grandes monopólios, portanto, os bancos passam a concentrar uma parcela cada vez maior do capital social, pois auferem montantes de lucros cada vez mais elevados, e tornam-se intermediários indispensáveis para a concentração de capital industrial.

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onnipotentes, que dispõe de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos modestos

intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista [...]. (LENIN, 2010, p. 31).

Nesse sistema, a união pessoal entre os capitalistas industriais, a oligarquia financeira e os membros do Estado amplia o campo de atuação e domínio do capital financeiro, atingindo toda a dinâmica social. O domínio do capital monopolista transcende a esfera produtiva e atinge toda a vida em sociedade, alterando significativamente a dinâmica da vida burguesa ao agregar novas formas de dominação e exploração aos antagonismos inerentes à fase concorrencial do capitalismo.

O capital financeiro é de natureza expansiva, amplia incessantemente seu domínio econômico e político; o capitalismo inicia o século XX numa busca impetuosa por novos territórios, a exportação do excedente produzido nos países ricos financia a administração pública nos países pobres em troca de tratados comerciais que intentam criar vínculos de dependência diplomática, sustentados pelo domínio da ciência e da tecnologia.

Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas. A possibilidade de exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade de exportação de capitais obedece ao fato de que

em alguns países o capitalismo amadureceu excessivamente e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação lucrativa. (LENIN, 2010, p. 62).

Ou seja, a política imperialista pressupõe que o excedente produzido pelos países centrais seja exportado para os países periféricos a fim de exercer a dominação colonial e gerar dependência política e econômica.

[...] o capital financeiro manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de território, seja ele qual for, encontre-se onde se encontrar, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para alcançar as últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas. (LENIN, 2010, p. 82-83).

Segundo Lenin, a “partilha do mundo” é feita embasada em dois elementos essenciais, as associações capitalistas e as grandes potências, e refere-se à “[...] transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido.” (LENIN, 2010, p. 88). A luta pela partilha do mundo se intensifica com o passar das décadas e a política colonial torna-se peça fundamental na consolidação do imperialismo capitalista em nível mundial.

A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos *todas* as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar ao adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contém minério de ferro, os jazigos de petróleo, etc. a posse das colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio de Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. (LENIN, 2010, p. 81).

É esse contexto de expansão imperialista e crescente concentração de capital e formação de monopólios que Baran e Sweezy (1966) buscam compreender ao tratar da produção do excedente econômico. Eles analisam o sistema econômico e social dos Estados Unidos, a maior potência política e econômica do capitalismo monopolista e apresentam o “problema do excedente” como uma peculiaridade desse momento histórico. Para eles, a lei da queda tendencial da taxa de lucro analisada por Marx correspondia primordialmente à reprodução do capital concorrencial, enquanto o capitalismo monopolista engendrava uma nova tendência: a produção crescente do excedente.

O momento histórico analisado pelos autores sugere uma queda nos custos da produção devido à forte incrementação tecnológica, o que resultava em um aumento da produtividade do trabalho e consequentemente da riqueza. Segundo eles, a criação do excedente econômico aparece como obstáculo à própria reprodução do capital, pois nem mesmo o processo produtivo ou o consumo individual comportariam a totalidade da riqueza produzida. Diante desse entrave, o capital monopolista teve que buscar novas formas de absorção do excedente numa tentativa de contornar a crise de superprodução e evitar um colapso na economia mundial. Para tanto, a aliança com um Estado forte se tornou uma função política e econômica, a ele caberia o papel de gestão e distribuição do excedente de forma adequada ao ciclo reprodutivo do capital.

Diante disso, Baran e Sweezy (1966) apontam três formas ou estratégias de utilização do excedente que aparecem sob a responsabilidade do Estado, mediador do conflito entre capital e trabalho: a “administração civil”, o “militarismo” e a “campanha de vendas”. A primeira refere-se a gastos com serviços públicos e políticas sociais, a segunda refere-se ao militarismo, que sustenta a dominação imperialista e para a qual é destinada a maior porção do montante do excedente econômico. Por fim, aparece o que Baran e Sweezy (1966) denominam de “campanha de vendas”, que é composta por estratégias de escoamento de mercadorias desde o processo produtivo como a obsolescência planejada e a diferenciação dos produtos, até a publicidade.

A campanha de vendas surgiu muito antes da última fase do capitalismo, a fase monopolista. [...] Assim, a campanha de vendas é muito mais velha do que o capitalismo como ordem econômica e social. Surge sob várias formas na antiguidade, torna-se bastante acentuada na Idade Média, e cresce em âmbito e intensidade na era capitalista. (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 119).

Contudo, é no capitalismo monopolista que a campanha de vendas, com a publicidade moderna tem seu apogeu, num momento em que a acumulação de capital é potencializada pela centralização que os grandes monopólios operam. A função da publicidade com maior atenção será abordada adiante.

O velho capitalismo caducou. O novo constitui uma etapa de transição para algo diferente. Encontrar princípios firmes e fins concretos para a conciliação do monopólio com a livre concorrência é, naturalmente, uma tentativa votada ao fracasso. (LENIN, 2010, p. 45).

A par dessas considerações, compreendendo os aspectos econômicos e histórico-políticos que marcaram o desenvolvimento do capitalismo em sua passagem da fase concorrencial à monopolista - como o aumento da produtividade e a redução do tempo de trabalho socialmente necessário, bem como a tendência à concentração e centralização de capital -, já é possível perceber que o alargamento da escala produtiva alcançou dimensões extraordinárias, o capitalismo

inicia o século XX produzindo mercadorias em uma proporção jamais vista na história da humanidade.

É nesse contexto que Henry Ford desenvolve os métodos de produção de mercadorias e inaugura nos Estados Unidos no início do século XX um novo padrão acumulativo, resultado de todo o processo histórico que este capítulo buscou resgatar até este ponto. Pautando-se em *Os Princípios da Administração Científica*, obra que sintetiza o estudo do engenheiro Frederick Taylor sobre o aumento da produtividade do trabalho através da economia de tempo e do controle do movimento publicada em 1911, Ford aplica seus novos métodos na indústria automobilística. Assim, a produção em série de automóveis – particularmente do modelo Ford T – possibilitada através da aplicação da disciplina organizativa de Taylor aliada às linhas de montagem, criaram as bases para a alteração no padrão de consumo da classe trabalhadora: a produção em massa já está consolidada.

3.3. Produção em massa: o fordismo e os novos hábitos de consumo no início do século XX

Taylor defendia a decomposição do trabalho em tarefas parcelares, fragmentando o processo de trabalho a fim de controlar rigorosamente o tempo e o movimento dos trabalhadores no processo produtivo. A otimização do tempo de trabalho passa a ser vista, nesse momento, como princípio científico imprescindível ao aumento da produtividade – e da lucratividade – do produtor capitalista, em consonância com as relações hierárquicas no interior da indústria através

da divisão entre os setores da produção, particularmente da gerência no setor administrativo.

Ford introduziu a organização científica do trabalho do taylorismo na indústria automobilística, e acresceu algumas inovações tecnológicas e organizacionais que elevaram o fordismo a uma condição de organizador da vida social. Com a linha de montagem o processo de trabalho racionalizado é fragmentado, decomposto em movimentos repetitivos, destituindo o trabalhador de qualquer participação na organização e no planejamento de seu trabalho.

Por um lado, desse processo resulta uma produção homogeneizada, padronizada, e, por conseguinte, hábitos de consumo também padronizados. Por outro, do aumento do ritmo de trabalho e da tentativa de total esvaziamento do conteúdo humano do trabalho ao buscar-se formar “gorilas amestrados” tal como Taylor propôs, decorre uma radical intensificação na extração de mais-valor absoluto e relativo. Assim, a exploração da força de trabalho alcança um patamar superior ao destituir o sentido e a compreensão total do processo de trabalho, formado por uma sucessão de atividades fragmentadas, que, em seu conjunto, são resultados do trabalho coletivo.

Cabe aqui resgatar o caráter social do trabalho produtor de mercadorias, adquirido justamente no que concerne à produção coletiva, onde o trabalhador realiza sua atividade produtiva em processo de trabalho social e combinado. O fordismo acentua essa condição, e através de seu método de trabalho parcelar e repetitivo busca converter o trabalhador a um “apêndice da máquina”, que possa ser controlado como uma peça qualquer da maquinaria.

A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha de montagem de carros que ele estabeleceu no ano anterior em Dearborn, Michigan. Mas o modo de implantação geral do fordismo foi muito mais complicado do que isso. (HARVEY, 1992, p. 121).

Contudo, a introdução do fordismo encontrou resistência em outras partes do mundo por algum tempo, a consolidação do fordismo em nível mundial só ocorre, de fato, no pós-guerra, a partir de 1945. Harvey (1992) ao analisar essa questão questiona a razão pela qual o fordismo encontrou dificuldade de implantação nos Estados Unidos antes da década de 20 e, mais adiante, na Europa e na Ásia.

Nos Estados Unidos, o fordismo se firma como modelo organizativo do trabalho somente na década de 20, após Ford implantar uma série de estratégias de cooptação dos trabalhadores à racionalidade da indústria oferecendo renda e lazer suficientes para que consumissem os automóveis que produziam, em troca de disciplina e comprometimento com a alta produtividade; os altos salários e o controle da vida privada dos trabalhadores são elementos centrais nesse contexto.

A análise clássica do fordismo é feita pelo italiano Antonio Gramsci em seu ensaio chamado *Americanismo e fordismo* enquanto estava preso no cárcere da ditadura fascista de Mussolini, em 1934. Esse texto foi posteriormente incorporado como “Caderno 22” ao conjunto

dos *Cadernos do Cárcere*, e aborda o fordismo enquanto um padrão acumulativo, para além de um modo de organização do trabalho, que surge sob a égide da mecanização do trabalho e da racionalização da produção. Nele, Gramsci (2008) faz uma análise do que chama de “políticas puritanas” que envolvem o papel fortemente moralista que a indústria fordista e o Estado desempenham nesse momento, e trata justamente dos altos salários e da vigilância sobre a vida privada dos trabalhadores, operada principalmente através do controle sobre as finanças pessoais, a sexualidade e o alcoolismo. Harvey (1992) também analisa os métodos coercitivos da indústria fordista e ressalta que o controle das finanças dos trabalhadores era feito em grande medida para que consumissem os automóveis Ford, ou seja, o controle racional dos gastos visava a adesão às expectativas da indústria fordista.

Apesar disso, o fordismo enfrenta dificuldades para se disseminar. Primeiramente, o trabalho fragmentado sob alto controle de tempo e precisão exigia dos trabalhadores uma disciplina que não condizia com as habilidades particulares e o ritmo dos ofícios tradicionais, com os quais estes estavam habituados. Outrossim, o contexto da crise de 1929 incidiu negativamente na lucratividade da indústria fordista, assim como nos demais ramos da indústria e do comércio, exigindo que Ford demitisse grande quantidade de trabalhadores.

A expansão do modelo fordista para a Europa também ocorreu lentamente, ganhando força somente a partir da década de 1940. Gramsci (2008) aponta para o que chama de “composição demográfica racional” como um fator essencial para a adesão social à produção em

série da sociedade americana, fator este que se contrapõe à tradição e civilidade europeias, expressões de uma sociedade composta por diversas “classes parasitárias” que se contrapunha à formação homogênea americana e ofereciam resistência econômica, intelectual e política à modernização nos padrões de produção dos Estados Unidos. Gramsci (2008) e Harvey (1992) apontam apenas para algumas experiências corporativas na Europa, que envolviam algumas características da indústria fordista como a linha de montagem da indústria Fiat, mas que não representavam uma adesão real à forma de produção em massa, padronizada, e sim uma produção de artigos de luxo, voltada a uma pequena parcela da população, questão que Gramsci (2008) analisa ao contrapor os aspectos qualidade e quantidade no processo produtivo e defende que, a produção europeia pauta-se no mote qualidade em detrimento da quantidade, sendo esta última uma característica específica da produção em série americana.

Contudo, esse quadro foi revertido durante a guerra, a produção racionalizada em larga escala constituiu expressão de “esforço de guerra”, tal como descreve Harvey (1992), e o fordismo alcança o período pós-guerra com grande expressividade. Para tanto, o Estado assumiu papel crucial de regulamentação social.

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava para controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas

fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos, etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. (HARVEY, 1992, p. 129).

Nesse contexto, o fordismo encontra forte sustentáculo no keynesianismo a partir da publicação de “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” de John Maynard Keynes em 1936, delegando a um Estado forte a incumbência de reerguer o capitalismo por meio de políticas fiscais e monetárias expansionistas. Assim, a produção em massa, aliada ao Estado keynesiano conseguiu alcançar taxas estáveis de crescimento econômico a partir do pós-guerra até 1973, quando o padrão taylorista/fordista entra em crise.

O período pós-guerra viu a ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre-guerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial. Os carros, a construção de navios e de equipamentos de transporte, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha, os eletrodomésticos e a construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico, concentrando-se numa série de regiões de grande produção da economia mundial – o Meio Oeste

dos Estados Unidos, a região do Rur-Reno, as Terras Médias do Oeste da Grã Bretanha, a região de produção de Tóquio-Iocoama. As forças de trabalho privilegiadas dessas regiões formavam uma coluna de uma demanda efetiva em rápida expansão. A outra coluna estava na reconstrução patrocinada pelo Estado de economias devastadas pela guerra, na suburbanização (particularmente nos Estados Unidos), na renovação urbana, na expansão geográfica dos sistemas de transporte e comunicações e no desenvolvimento infra-estrutural dentro e fora do mundo capitalista avançado. Coordenadas por centros financeiros interligados, tendo como ápice da hierarquia os Estados Unidos e Nova Iorque, essas regiões-chave da economia mundial absorviam grandes quantidades de matérias-primas do resto do mundo não-comunista e buscavam dominar um mercado mundial de massa crescentemente homogêneo com seus produtos. (HARVEY, 1992, p. 125).

Esse período representou para o capitalismo mundial um momento de intensa expansão internacionalista, as demandas dos mercados internos dos países centrais não eram mais suficientes para absorver toda a quantidade de mercadorias produzidas e a abertura para o comércio externo, inclusive com países periféricos – principalmente no que concerne à compra de matérias-primas -, é um fator fundamental para o processo de acumulação. “O novo internacionalismo também trouxe no seu rastro muitas outras atividades – bancos, seguros, hotéis, aeroportos e, por fim, turismo. Ele trouxe consigo uma nova cultura internacional [...]” (HARVEY, 1992, p. 131).

Em 1934, ao escrever “Americanismo e fordismo”, Gramsci proclama hegemônica a burguesia dos Estados Unidos e delineia as

razões pelas quais o fordismo criou, para além de uma racionalidade na produção em série, um novo modo de vida, o americanismo: “A hegemonia nasce da fábrica [...]” (GRAMSCI, 2008, p. 41). Já em 1944, o acordo de Bretton Woods define uma nova política econômica internacional ao regulamentar as relações econômicas entre os países capitalistas. Esse acordo fixa o dólar como moeda de reserva mundial, que passa a dominar o sistema financeiro internacional, e cria organizações financeiras de fiscalização como o FMI e o Banco Mundial.

Assim, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder. (HARVEY, 1992, p. 132).

Esse é o cenário político-econômico da expansão da indústria fordista e da produção em massa, em que a contradição entre capital e trabalho se acentua radicalmente. Nesse momento, cabe ressaltar que o compromisso fordista se estendeu para além de suas fábricas: a produção em massa pressupunha um consumo em massa.

Os altos salários da indústria fordista faziam parte de uma estratégia de escoamento do grande volume de mercadorias produzido. Desse modo, a inclusão dos trabalhadores da indústria na condição de consumidores representa de fato uma alteração significativa na forma de se produzir mercadorias sem, contudo, alterar a estrutura de classes

sobre a qual a sociedade burguesa se assentava ou sequer questionar as contradições fundamentais desse momento histórico. Apesar do padrão de vida ter aumentado consideravelmente devido à maior facilidade na aquisição às mercadorias, o que essa mudança representa, é simplesmente uma readequação das relações de distribuição do produto social resultante das próprias necessidades reprodutivas do capital.

O consumo assume assim uma nova função, essencial na dinâmica social na medida em que aparece atrelado a um status social, um padrão de comportamento ou de subjetividade que emana individualismo e competitividade, características que a moderna indústria fordista incitava através de seus métodos de trabalho e manipulação dos trabalhadores.

Utilizava-se o grande poder corporativo para assegurar o crescimento sustentado de investimentos que aumentassem a produtividade, garantissem o crescimento e elevassem o padrão de vida enquanto mantinham uma base estável para a realização de lucros. Isso implicava um compromisso corporativo com processos estáveis, mais vigorosos de mudança tecnológica, com um grande investimento de capital fixo, melhoria da capacidade administrativa na produção e no marketing e mobilização de economias de escala mediante a padronização de produtos. A forte centralização do capital, que vinha sendo uma característica tão significativa do capitalismo norte-americano desde 1900, permitiu refrear a competição intercapitalista numa economia americana toda-poderosa e fazer surgir práticas de planejamento e de preços monopolistas e oligopolistas. A administração científica de todas as facetas da atividade corporativa (não somente

produção como também relações pessoais, treinamento no local de trabalho, marketing, criação de produtos, estratégia de preços, obsolescência planejada de equipamentos e produtos) tornou-se o marco da racionalidade cooperativa burocrática. As decisões das corporações se tornaram hegemônicas na definição dos caminhos do crescimento do consumo de massa, presumindo-se, com efeito, que os outros dois parceiros da grande colisão fizessem tudo o que fosse necessário para manter a demanda efetiva em níveis capazes de absorver o crescimento sustentado do produto capitalista. (HARVEY, 1992, p. 129).

A contradição no processo de criação de valores se expressa nesse momento através da produção que assume proporções quantitativamente superiores. O consumo da classe trabalhadora já era considerado no processo de trabalho, as mercadorias eram produzidas em massa para que fossem consumidas em massa por indivíduos dotados de hábitos de consumos padronizados. Assim, o trabalho aparece subsumido formal e realmente ao capital, porquanto ocorre um aumento extraordinário na produção de valores de uso e de troca e, consequentemente, da extração de mais-valor.

Desse modo a intensificação da exploração do trabalho – operada através de sua mecanização - buscava ser compensada por meio da ampliação do conjunto de mercadorias às quais o trabalhador tinha acesso, estratégia que também tinha como intuito de conter a organização trabalhista.

Foi mecanizado completamente só o gesto físico; a memória do ofício, reduzido a gestos simples repetidos com ritmo intenso, se *aninhou* nos feixes de músculos e nervos, o que deixou o cérebro livre e solto para outras ocupações. Como se caminha sem que seja preciso refletir sobre todos os movimentos necessários para mover sincronicamente todas as partes do corpo, naquele determinado modo que é necessário para caminhar, assim ocorreu e continuará a ocorrer na indústria para os gestos fundamentais do ofício. Caminha-se automaticamente e ao mesmo tempo se pensa no que quiser. Os industriais americanos compreenderam muito bem essa dialética inserida nos novos métodos industriais. Entenderam que *gorila amestrado* é apenas uma expressão, que o operário permanece *infelizmente* homem e que ele, durante o trabalho, pensa bastante, ou pelo menos tem muito mais possibilidades de pensar, ao menos depois de ter superado a crise de adaptação e não ter sido eliminado. E não só pensa, mas o fato de não ter satisfação imediata no trabalho e a compreensão de que querem reduzi-lo a um gorila amestrado, podem levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas. (GRAMSCI, 2008, p. 77, 78).

As corporações passaram então a se associar aos sindicatos numa tentativa de conter o ímpeto revolucionário dos trabalhadores, que, agrupados nos espaços de indústrias de larga escala, teriam maiores condições de organização. Nesses moldes, os líderes sindicais foram cooptados à cargos de gerência científica em troca de altos salários, e o sindicalismo burocratizado foi favorecido no período pós-guerra. (HARVEY, 1992).

Até mesmo a própria administração pública passou a ser alvo de críticas pela atuação funcionalista e burocrática. O Estado tinha uma

função mediadora na relação salarial, e a insatisfação de alguns setores da economia que não eram submetidos aos métodos de produção fordistas (e nem beneficiados com investimentos para produzir em larga escala), bem como as críticas de outros segmentos sociais (movimentos socialistas ou, na maioria das vezes, burgueses-nacionalistas) que questionavam a estrutura política e econômica do fordismo enquanto padrão acumulativo, passaram a ser recorrentes e ganhar expressividade em nível mundial. (HARVEY, 1992).

Não obstante, o fordismo vigorou com veemência até 1973, quando sua verticalização e rigidez tiveram que dar espaço a um padrão acumulativo mais flexível. Nesse momento, a exploração da força de trabalho assume uma nova roupagem, e o capitalismo se reconfigura novamente. Contudo, neste trabalho não há espaço para discutir a forma contemporânea de produção de mercadorias, de modo que cabe apenas destacar que a essência do fordismo manteve-se firme até a década de 1970.

Por fim, é importante resgatar que o auge do fordismo, no pós-guerra, representou uma mudança relevante na forma da produção de mercadorias e nas relações sociais daí decorrentes. “Na América a racionalização tornou necessário a elaboração de um novo tipo humano, conforme o novo tipo de trabalho e processo produtivo.” (GRAMSCI, 2008, p. 42). Isso gerou um processo que, em nível mundial, criou um padrão de vida e hábitos de consumo adequados ao compromisso fordista, e isso implica em “[...] um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de

sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.”
(HARVEY, 1992, p. 121).

Por conseguinte, o fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total. Produção em massa significava padronização do produto e consumo de massa, o que implicava toda uma nova estética e mercadificação da cultura [...]. (HARVEY, 1992, p. 131).

A importância da análise do surgimento da produção em massa fordista para este trabalho é, portanto, essencial para compreender por quais razões e por quais meios o capitalismo ampliou seu círculo de consumo, incluindo a classe trabalhadora como consumidora da grande escala de mercadorias lançadas ao mercado. Isso ocorre porque com o aumento da produtividade do trabalho, cai o preço das mercadorias, de modo que o capitalista precisa ampliar o volume de mercadorias vendidas para auferir grandes lucros.

Dessa forma a burguesia amplia seus métodos de dominação a todos os âmbitos da vida social, para além da esfera produtiva. A ideologia burguesa assume com maior efetividade o controle da vida social através do adensamento de seus esforços manipulatórios que envolvem as instituições políticas, científicas e culturais, incluindo o campo da comunicação. Assim, a consolidação do padrão fordista de produção e consumo em nível mundial, no período pós-guerra, evidencia um momento histórico em que o consumo da classe

trabalhadora passa a ser de fato uma estratégia de sobrevivência do capitalismo. É o capital buscando novas formas de se reproduzir de acordo com suas próprias exigências históricas de acumulação.

3.4. A manipulação no campo do consumo

Já foi aqui exposto, no primeiro capítulo de modo especial, como ocorre a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e das necessidades humanas. Todavia para iniciar a discussão da manipulação do consumo cabe resgatar brevemente o fato de que a realidade objetiva deixa de corresponder unicamente como meio de satisfação de necessidades imediatas aos sujeitos na medida em que se desenvolvem as capacidades humanas e que, desse avanço, derivado do intenso processo histórico de socialização do homem surgem novas necessidades ao organismo humano, que sobrepujam seus pressupostos meramente biológicos.

A intensificação da divisão do trabalho e o surgimento de novos métodos e instrumentos de trabalho são os alicerces desse processo histórico: em consonância com o avanço da forma como os homens produzem seus meios de existência surgem novas necessidades humanas, cada vez mais sociais. Afinal de contas, “Nos primórdios da civilização, as forças produtivas adquiridas do trabalho são exíguas, mas o são também as necessidades que se desenvolvem simultaneamente aos meios empregados para satisfazê-las.” (MARX, 2013, p. 580).

Nos tempos de Marx a produção de mercadorias ainda era incipiente para a satisfação das necessidades básicas da população como

um todo devido ao ainda parco nível de desenvolvimento das forças produtivas – mas, diga-se: em intensa expansão - e aos imperativos de acumulação do capital concorrencial, que se restringia em grande medida à produção de artigos voltados à satisfação de necessidades específicas da classe burguesa. Marx (2008b, p. 337) aponta que naquele momento histórico não eram produzidos “[...] meios de subsistência demais em relação à população existente, pelo contrário [...]” o que se produzia era “[...] pouco para satisfazer, de maneira adequada e humana, a massa da população”, e que, não eram produzidos sequer meios de produção em quantidade suficiente para empregar toda a população apta para o trabalho.

Esse processo sofre grandes alterações no curso do desenvolvimento capitalista - conforme este trabalho procurou apontar durante a exposição do processo de acumulação capitalista -, de modo que, até mesmo Marx (2008b) no século XIX já observava um “abarroamento de mercados”. Isto é, os princípios de uma superprodução de mercadorias e de capital, evidentemente, estavam apresentados objetivamente, e já se manifestavam evidências de um processo contraditório que desafiava os limites das relações de distribuição e consumo então estabelecidas. Em suas palavras:

O objetivo do capital não é satisfazer as necessidades, mas produzir lucro, alcançando essa finalidade por métodos que regulam o volume da produção pela escala da produção, e não o contrário. Por isso, sempre terá de haver discrepância entre as dimensões limitadas do consumo em base capitalista e uma produção que

procura constantemente ultrapassar o limite que lhe é imanente. (MARX, 2008b, p. 336).

Assim, o aumento da produtividade entra em conflito com as estreitas relações de consumo estabelecidas nesse momento histórico de modo que a produção capitalista precisou criar um novo padrão de consumo para que pudesse escoar toda a produção e assim alcançar os grandes lucros que o alargamento da escala produtiva lhe permite auferir, expressando uma tendência objetiva do desenvolvimento da produção capitalista.

À medida que o processo se desenvolve, expressando-se na taxa cadente de lucro, expande-se imensamente a massa da mais-valia produzida. Começa então o segundo ato do processo. **Tem de ser vendida toda a massa de mercadorias, todo o produto, tanto a parte que repõe o capital constante e o variável, quanto a que representa a mais-valia.** Se não houver essa venda, ou se ela apenas ocorrer em parte ou a preços que estejam abaixo dos preços de produção, **terá o trabalhador sido explorado, mas essa exploração não se concretizará em resultado para o capitalista,** podendo estar ligada à realização nula ou parcial da mais-valia extorquida e mesmo a prejuízo parcial ou total do capital. (MARX, 2008b, p. 322, grifo meu).

Porém, o capitalismo precisou criar mecanismos para que as vendas das mercadorias produzidas em grande escala se realizassem em proporção adequada, pois, a ampliação da produção exigia uma distribuição mais ampla, o que se manifesta na alteração do padrão de

consumo. Essas transformações têm suas origens em um processo que Lukács (2013) chama de “capitalização total”, que se expressa, em grande medida, através do fenômeno da “manipulação”.

Ao analisar o processo de capitalização total na passagem do século XIX ao século XX, Lukács (2013) o relaciona à crescente industrialização de todas as áreas de bens e serviços em nível mundial, o que suplanta em grande medida a produção artesanal. Esse movimento acompanha o alargamento da escala de produção e o surgimento dos grandes monopólios, na medida em que engendra um processo de universalização do capital que reitera o amplo domínio do capital sobre todas as esferas da vida social.

Diante disso, Lukács (2013) aponta para a manipulação enquanto fenômeno intrínseco ao avanço da produção capitalista de mercadorias. Para ele, a manipulação decorre materialmente do desenvolvimento das forças produtivas e opera através de formações ideológicas, como veículo a política, a ciência e a religião, por exemplo, e exprime as condições de reprodução de uma forma capitalista que Lukács define como capitalismo manipulatório.

[...] é indispensável apontar brevemente para um momento do capitalismo atual, a saber, para o problema da manipulação. Esta surgiu da necessidade de oferecer mercadorias em massa para o consumo a muitos milhões de compradores singulares e, a partir disso, se transformou num poder que solapa toda a vida privada. Aqui, tampouco vemos como nossa tarefa examinar a situação assim surgida em termos de ‘crítica cultural’. Apenas remetemos ao que já foi

discutido em outros contextos: à diferença entre essência e fenômeno no sentido econômico, a partir da qual com muita frequência pode se desdobrar um antagonismo abrupto, como no caso, investigado a seu tempo por nós, do antagonismo entre o desenvolvimento das forças produtivas como desenvolvimento simultâneo das faculdades humanas (essência) e seu modo fenomênico no capitalismo, que levou a uma degradação e a um estranhamento dos homens. (LUKÁCS, 2013, p. 341).

Em nível de análise, a unidade contraditória entre essência e fenômeno neste processo é evidente, todavia, a manipulação atua no campo das manifestações fenomênicas e, portanto, encobre o processo histórico da realidade em que opera naturalizando as relações manipuladas; no caso específico da manipulação no campo do consumo, essa naturalização ocorre na medida em que se legitima socialmente o padrão de vida alcançado como ideal e insuperável. “[...] se pretende que justamente o método de manipulação simule para o homem manipulado a aparência consciente de sua liberdade plenamente realizada.” (LUKÁCS, 2013, p. 793).

A relação entre a produção capitalista e as necessidades humanas é frágil e se mantém sob forma aparente na medida em que estas são fortemente manipuladas em favor da lucratividade. Na medida em que as forças produtivas são absorvidas pelo capitalismo como instrumentos de reprodução de capital, elas se opõem às necessidades genuinamente humanas, assim, a manipulação se propaga por meio dos complexos de estranhamentos, o que resulta em uma tendência a manter

os indivíduos presos em sua particularidade como única forma possível de viver em sociedade.

A onabrangente manipulação refinada enquanto portadora dessa concepção do ser tem a sua base econômica na sujeição quase completa da indústria dos bens de consumo a serviço do grande capital. A importância de um consumo de massa nesse campo cria um aparato ideológico muito extenso, que domina os órgãos da opinião pública, cujo ponto central de motivação é o consumo de prestígio, que toma forma como meio de criar uma ‘imagem’, como indução a ela; ou seja, a pessoa se veste, fuma, viaja, tem relações sexuais não por causa dessas coisas em si e por si, mas para aparentar no ambiente em que se vive a ‘imagem’ de certo tipo de pessoa que é apreciada enquanto tal. É evidente que, nesse caso, a ‘imagem’ é uma reificação explícita do fazer da própria pessoa, da sua própria condição, do seu próprio ser. Fica igualmente claro que a difusão e o predomínio universais dessas reificações da vida cotidiana que contra ela costumam no máximo levantar protestos bem abafados [...]. (LUKÁCS, 2013, p. 716-717).

Para tanto, no a manipulação conta com um aparato eficaz de legitimação da ideologia dominante, que envolve instituições políticas, culturais, educacionais, religiosas e, de modo particular, a indústria da comunicação, que merece atenção especial neste trabalho por influenciar mais diretamente na manipulação em nível de consumo.

Com o processo de capitalização total, todos os ramos da indústria se desenvolveram rapidamente a partir do século XIX, incluindo o da comunicação. Conforme já apontado anteriormente, a

publicidade moderna, tal como é conhecida atualmente surgiu com o capitalismo monopolista e tornou-se, historicamente, um investimento imprescindível à sobrevivência do capital (BARAN; SWEEZY, 1966). O surgimento das agências de publicidade e da própria profissão de publicitário auxiliam intensamente nesse processo ao planejar e organizar desde o nome dos produtos, à embalagem e à forma da propaganda de acordo com os interesses do capitalista.

É no capitalismo monopolista que a “campanha de vendas”, assim como a publicidade moderna tem seu apogeu, num momento em que a acumulação de capital é potencializada pela centralização que os grandes monopólios operam. Nesse sentido, visando contornar as crises de superprodução e apressar o ciclo reprodutivo do capital através da venda de mercadorias, a publicidade moderna se afirma no capitalismo monopolista enquanto a “linguagem por excelência do mundo reificado”, capaz de acelerar o tempo de rotação do capital e diminuir o longo caminho entre a produção e o consumo. (FREDERICO, 2009).

O que faz a publicidade? Ela acelera a rotação do capital, abrevia o tempo de circulação das mercadorias, apressa a realização do valor de troca, aquela promessa de valor contida na mercadoria estocada. O valor de troca, como dizia Marx, anseia pelo momento de sua realização, pelo “milagre da transubstanciação” – quando, enfim, ele se desprende da mercadoria para tornar-se dinheiro. (FREDERICO, 2009, p. 167).

No capitalismo monopolista, a publicidade exerce a função de mediadora entre a produção e o consumo. Ao promover as vendas

atuando sob relações de produção fetichizadas e reificadas, a publicidade carrega consigo a possibilidade de, através da linguagem e imagens, sobrepujar o valor-de-troca das mercadorias em detrimento de sua utilidade, submetendo a subjetividade dos sujeitos aos interesses do capital.

A manipulação do consumo se manifesta objetivamente por meio da publicidade, da obsolescência planejada e do sistema de crédito, por via de regra, que operam como mecanismos de criação de demanda para a produção; essa é evidência inquestionável de que o capitalismo encontrou meios de sobreviver e se fortalecer historicamente. Toda a vida social passa a ser atingida por esforços manipulatórios que atravessa todas as relações humanas, de modo que, a manipulação não fica restrita ao âmbito da produção e aos trabalhadores do setor industrial. Com isso, o tempo livre dos trabalhadores é direcionado ao consumo e o surgimento do shopping center é o maior símbolo desta constatação.

Segundo Padilha (2003) o shopping center surge por volta de 1930 a 1950 nos Estados Unidos num contexto de pós-guerra, onde o país buscava uma “metropolização planejada” no intuito de incentivar uma cultura urbana, porém, sua gênese pode ser encontrada nas primeiras lojas de departamento em Londres e Paris do século XIX, especialmente naquelas relacionadas à indústria têxtil. Os shoppings centers constituem espaços privados de consumo individual absorvem o tempo livre do trabalhador e o incorporam a um “lazer reificado”, que se reflete nos hábitos de vida dos sujeitos, sujeitas ao processo de “individualização social” do sistema capitalista. (LUKÁCS, 2013).

Para lhe atribuir sua devida importância em uma análise sociológica, vale pensar que o *shopping center*, um lugar de circulação de mercadorias, está, cada vez mais, tornando-se o local: a) da busca da realização pessoal pela felicidade do consumo, b) da identificação – ou não – com os grupos sociais, c) da segregação mascarada pelo imperativo da segurança, d) do enfraquecimento da atuação dos seres sociais e do fortalecimento da atuação dos consumidores, e) da materialização dos sentimentos, f) da manipulação das consciências, g) da homogeneização dos gostos, dos pensamentos e dos desejos e, o mais grave h) da ocupação quase integral do “tempo livre” das pessoas (a televisão parece ser a concorrente mais forte). (PADILHA, 2003, p. 25).

A novidade que os shopping centers trazem no contexto pós-guerra se refere à possibilidade de, em um só espaço, abarcar uma grande variedade de mercadorias e também, posteriormente, à incorporação dos serviços como agência bancária, espaços artísticos, de cuidados com a saúde, dentre outros. No Brasil, os primeiros shopping centers datam da década de 1960 e se espalham pelo país a partir de 1980, como um espaço freqüentado especialmente pela burguesia brasileira.

A universalização do sistema capitalista ocorre pautada no predomínio do mais-valor relativo que fundamenta a “subsunção real” do trabalho ao capital e amplia a extensão do domínio do capitalismo, gerando “[...] uma produção maciça, organizada em moldes capitalistas,

das mercadorias que perfazem o uso cotidiano das massas em sua maior amplitude possível.” (LUKÁCS, 2013, p. 337).

Sem o trabalhador como consumidor com poder de compra é impossível realizar essa nova universalidade da produção capitalista. [...] A transição para o predomínio do mais-valor relativo sobre o mais-valor absoluto transforma-se, portanto, cada vez mais em interesse vital dos próprios capitalistas, e, desse modo, a passagem do capitalismo para um modo superior, mais puramente social, da produção e da apropriação do mais-valor converte-se numa necessidade econômica espontânea, que surge conforme uma lei. (LUKÁCS, 2013, p. 337-338).

Essa “inclusão” da classe trabalhadora no círculo de consumo se afirma em um movimento de universalização do capital através da produção em massa, possibilitada pelo aumento da produtividade. Contudo, cabe aqui ressaltar, caso não tenha ficado evidente, que a ampliação do círculo de consumo resultante do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo não significa uma real distribuição do produto social, visto que esta ampliação está atrelada às condições objetivas às quais as classes sociais são submetidas na estrutura social.

Para as massas trabalhadoras, o consumo manifestou-se antigamente numa forma essencialmente privada, como uma limitação de suas possibilidades de vida que deveria ser combatida, ao passo que, nos dias atuais, numa grande parcela predomina a aspiração de

continuar elevando um nível de vida que é avaliado como essencialmente positivo. O recurso amplo a serviços de todos os modos é radicalmente novo. A penetração de novas categorias burguesas, como consumo de prestígio, na vida dos trabalhadores, em todo caso, é algo novo. O interesse diretamente econômico do capitalismo nos âmbitos por ele dominados do consumo e dos serviços parece restringir-se, no plano imediato, a aumentar as vendas e, desse modo, o lucro. (LUKÁCS, 2013, p. 778).

Para Lukács (2013), a manipulação se revela nesse nível exercendo uma “pressão moral” sobre os sujeitos para que alcance, de fato, amplitude e legitimidade no exercício do controle. O consumo deixa de corresponder simplesmente ao bem-estar e conforto imediatos que o acesso a um conjunto maior de mercadorias cria, e passa a estar associado, cada vez mais, com a imagem, prestígio ou status que a aquisição dessas mercadorias proporciona.

Portanto, o consumo – analisado em primeiro plano e em escala maciça – não é dirigido tanto pelas reais necessidades, mas mais por aquelas que parecem apropriadas a proporcionar ao homem uma ‘imagem’ favorável para a sua carreira. E visto que, como igualmente já sabemos, esse desenvolvimento está associado a uma redução do tempo de trabalho e com um aumento do tempo livre, essas tendências igualmente já sabemos, esse desenvolvimento está associado a uma redução do tempo de trabalho e com um aumento do tempo livre, essas tendências igualmente se orientam pelas necessidades anteriormente descritas. Portanto, na medida em que o homem subordina o seu fazer e o seu deixar de fazer no cotidiano à produção de sua ‘imagem’,

é bem claro que, dessa elevação do nível de vida, deverá surgir um novo estranhamento, um estranhamento *sui generis*. O salário mais alto substitui o salário mais baixo, o tempo livre mais longo substitui o mais curto. Porém, esse desenvolvimento só aniquila alguns estranhamentos antigos, substituindo-os por uma nova espécie de estranhamentos. (LUKÁCS, 2013, p. 778).

É importante recordar que as formas de estranhamento expressam momentos históricos em que o avanço das forças produtivas se contrapõe às personalidades humanas, dando origem a conflitos entre o desenvolvimento da individualidade e da singularidade humanas. Segundo Lukács (2013) sob o fenômeno da manipulação, as formas de estranhamento operam na realidade reproduzindo “reificações em massa”, que serão admitidas e legitimadas socialmente em maior grau tanto mais forte for o aparato ideológico manipulatório à disposição da classe dominante.

A “manipulação do consumo” tem uma função de influenciar na formação da individualidade humana, atuando de modo a sujeitar a personalidade humana a um padrão estabelecido de comportamento e preferências, em busca de reconhecimento individual e prestígio social, adquiridos através da aquisição de mercadorias.

[...] o que importa é, antes de tudo, influenciar de tal maneira o desejo dos homens que de serem tidos como personalidades que eles o satisfaçam justamente com a compra do objeto de consumo ou do serviço que constitui o objeto da publicidade. Portanto, o efeito sobre o homem

está direcionado primordialmente para que ele acredite que a aquisição de respectivas loções capilares, gravatas, cigarros, automóveis etc., que frequentar determinados balneários etc. faz com que ele seja considerado como personalidade autêntica, reconhecida pelo seu entorno. Nesse caso, a questão primordial não é, portanto, a exaltação das mercadorias, como ocorria originalmente na exaltação pelos anúncios publicitários, mas o prestígio pessoal que será proporcionado ao comprador por sua aquisição. (LUKÁCS, 2013, p. 798).

No processo de humanização do homem surge uma consciência social mediada pelo caráter alienado de toda práxis humana, e a extensão das singularidades naturais para uma individualidade constitui o resultado de um demorado desenvolvimento socioeconômico, no qual a complexidade crescente da divisão social do trabalho e das tarefas propostas aos homens singulares transmuta sua singularidade natural gradativamente em individualidade social. (LUKÁCS, 2013, p. 487).

Justamente essa transmutação da singularidade natural humana em favor de uma individualidade socialmente determinada que abre caminho para que a criação de novas necessidades que, embora represente um movimento natural do desenvolvimento do próprio trabalho humano, neste momento é revertida para os interesses do capital com o desenvolvimento da indústria em tempos de capitalização total. A individualidade exige, cada vez mais, a satisfação de necessidades artificiais criadas e impostas para corresponder às exigências de reprodução do capital, o sentido do “ter” torna-se central para a perpetuação destes moldes.

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, que forçosamente se efetua, cujas consequências foram aqui repetidamente definidas no sentido de que o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução do homem enquanto ser vivo diminui constantemente, tem como consequência, pela mediação do campo de ação do consumo economicamente possível em cada caso, que o peso econômico dos atos necessários à reprodução imediata da vida física perde o seu papel de início absolutamente dominante, que surgem necessidades e possibilidades para a sua satisfação que assumem uma posição cada vez mais distante da reprodução imediata da mera vida. Esse processo é simultaneamente extensivo e intensivo, quantitativo e qualitativo. Por um lado, surgem necessidades a serem satisfeitas que, em estágios iniciais, nem podiam ter existido; por outro lado, as necessidades indispensáveis à reprodução da vida recebem modos de satisfação que as alçam, em termos de vida, a um nível mais social, mais elevado, mais afastado dessa reprodução imediata da vida. (LUKÁCS, 2013 p. 594, 595).

Marx (2010) já mostra como a propriedade privada direciona a percepção do “ter” para a aquisição e utilização de produtos em nível individual, de modo que só se pode “ter” determinado produto ou mercadoria na medida em que este encontra-se sob propriedade individual. Lukács (2013) retoma essa questão e demonstra com que radicalidade ela se apresenta no capitalismo do século XX, e afirma que devido à intensificação do consumo, a “universalização do ter” acomete a vida cotidiana do trabalhador acirrando a competitividade entre os indivíduos e grupos sociais. “Todas as manipulações econômicas, sociais e políticas dominantes se convertem em instrumentos mais ou

menos conscientes para acorrentar o homem à sua particularidade e, desse modo, ao seu ser estranhado.” (LUKÁCS, 2013, p. 797).

O homem singular só poderá elevar-se acima da sua própria particularidade quando, nos atos que compõem a sua vida, não importando o grau de sua consciência ou da justeza desta, cristalizar-se o direcionamento para tal relação entre homem singular e sociedade que abrigue dentro de si elementos e tendências da genericidade para si, mas que só possam ser desencadeadas – contudo, com frequência apenas idealmente – mediante atos pessoais desse tipo. (LUKÁCS, 2013, p. 739).

Por fim, é evidente que a manipulação do homem à sua particularidade se contrapõe ao desenvolvimento de sua condição humano-genérica, ao alcance de sua genericidade para si. No capitalismo contemporâneo esse processo opera de forma mais evidente através da legitimação de uma tendência objetiva de redução da taxa de utilização das mercadorias, que engendra hábitos de consumo imediato, e se pauta na descartabilidade e obsolescência dos produtos. Contudo, a taxa decrescente do valor de uso das mercadorias - resultado da intensificação de todo o processo histórico de alargamento da escala produtiva e alteração no padrão de consumo que este trabalho buscou explicar - é característica do estranhamento do processo de trabalho no capitalismo contemporâneo e, portanto, excede o recorte histórico a que este trabalho se limita.

Ademais, é essencial que fique evidente que os esforços manipulatórios da produção capitalista não atingem a totalidade da vida humana, pois, mesmo que a individualidade atinja o domínio da

consciência humana, na própria processualidade histórica os homens constroem novos meios de resistência e luta contra as diversas formas de estranhamentos que atuam em suas vidas cotidianas; vale lembrar que “[...] a forma da luta pode mudar, e muda constantemente, de acordo com diversas causas, relativamente particulares e temporais, enquanto a essência da luta, o seu conteúdo de classe, não pode mudar enquanto subsistirem as classes.” (LENIN, 2010, p. 74).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar compreender a produção e a reprodução da vida humana no modo de produção capitalista, Karl Marx constrói uma ciência revolucionária que analisa as condições estruturais e o movimento histórico constituinte da sociedade burguesa apreendendo-a enquanto uma totalidade, e busca fundamentação na própria atividade sensível do homem ao elaborar categorias teóricas através das quais se pode compreender suas formas de existência em condições históricas determinadas. Assim, consegue apreender na atividade produtiva humana o princípio do movimento do real, a construção da história.

É nesta perspectiva que este estudo procurou caminhar. Neste sentido, objetivou analisar o fenômeno da manipulação no campo do consumo a partir da crítica lukacsiana e, para tanto, buscou apreender os fundamentos ontológicos do trabalho humano e da forma de produção capitalista, expondo os aspectos econômicos e históricos que possibilitaram ao capitalismo do século XX engendrar a produção em massa. Assim, chegou-se, finalmente, ao fenômeno da manipulação estudado por Lukács, dando ênfase nos esforços manipulatórios no campo do consumo.

Porque é evidente por si só que, quanto mais complexo, quanto mais mediado o modo como as formações sociais implementam a produção e o consumo pelas quais se efetua a reprodução ontogenética de cada homem singular, tanto menor a frequência com que essa reprodução e

sua prioridade ontológica em relação a todas as demais manifestações vitais assomam à consciência. (LUKÁCS, 2013, p. 258).

No primeiro capítulo foram discutidas categorias centrais da ontologia materialista, dentre elas: trabalho, alienação, ideologia, mercadoria e estranhamento. No segundo, foi exposto o percurso da acumulação capitalista e evidenciado as condições do aumento da produtividade e alargamento da produção capitalista, abordando elementos fundamentais da autorreprodução do capitalismo como a queda tendencial da taxa de lucro, concentração e centralização de capital. E, por fim, a partir da análise do padrão fordista de acumulação, foi analisado o surgimento da produção e do consumo em massa, abrindo espaço para o entendimento do fenômeno da manipulação.

Cabe aqui resgatar, de forma elementar, algumas questões centrais referentes à manipulação no campo do consumo. Como foi exaustivamente exposto, o aumento da produtividade alcançado com o desenvolvimento das forças produtivas expande a produção de mercadorias, exigindo que a distribuição seja também ampliada para obedecer ao imperativo de lucratividade. O grande volume de mercadorias produzidas, principalmente a partir do pós-guerra, precisava ser realizado na venda mesmo que isso implicasse na manipulação da subjetividade dos sujeitos para que o a reprodução de capital se mantivesse em expansão.

A manipulação do consumo se expressa, em grande medida, através da publicidade e, mais adiante, do sistema de crédito criado para que a classe trabalhadora tivesse acesso à imensa quantidade de

mercadorias produzidas e colaborassem com os interesses do capital em expansão em troca de uma relativa melhoria na qualidade de vida e uma aparente ascensão social. As necessidades e personalidades humanas aparecem nesse momento, totalmente subsumidas à reprodução do capital.

O estímulo ao consumo é assim compreendido como a possibilidade da utilidade das mercadorias no sistema capitalista ser suplantada pela vendabilidade. Neste percurso fica claro que a utilização ou não da mercadoria pelo seu comprador não afeta de forma alguma a lucratividade do vendedor. O valor de uso das mercadorias, subjugado pelo predomínio do valor-de-troca, aparece muitas vezes para satisfazer necessidades artificiais de tal modo que, após a compra, uma mercadoria não precisa sequer ser utilizada para que tenha utilidade nos imperativos expansionistas da acumulação de capital. O mesmo processo ocorre com os meios de produção e com a força de trabalho na medida em que ambos são convertidos em mercadorias.

Neste contexto é preciso indicar novamente o engendramento de uma nova tendência histórica do capitalismo nas últimas décadas do século XX, a taxa de utilização decrescente das mercadorias, que pressupõe a radicalidade da manipulação capitalista no campo do consumo e representa, segundo Mészáros (2011), uma clara evidência da crise estrutural do capital.

A interação entre produção e consumo que opera no capitalismo do século XX pressupõe a constante ampliação das relações de consumo, sem que se alterem as bases reais sobre as quais as contradições capitalistas se assentam, pois, o avanço das forças

produtivas no capitalismo não pressupõe a real distribuição do produto social e contrapõe o desenvolvimento das capacidades humanas às perspectivas emancipatórias. Ao contrário, ao serem legitimadas novas necessidades artificiais através da manipulação capitalista, acelera-se consideravelmente o ciclo reprodutivo do capital, mantendo intactas as posições e condições objetivas em que as classes sociais estão submetidas na estrutura social.

O aumento do padrão de vida da produção em massa de mercadorias evidentemente não resolveu historicamente as insuficiências no acesso sequer aos meios de subsistência de grande parte da classe trabalhadora; e abarca, contraditoriamente, as condições objetivas de produção de artigos de luxo destinados à classe burguesa em detrimento da fome de milhões. Afinal, a produção em massa capitalista, pautada no padrão de consumo em massa capitalista, é totalmente incompatível com uma estrutura social que possibilite as condições reais de distribuição do produto social de forma humanamente adequada.

5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond. **Eu, Etiqueta**. Disponível em: <http://projetos.educacional.com.br/paginas/pp/47080001/3854/t132.html>. Acesso em: 19 de janeiro de 2015.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

FREDERICO, Celso. Marx na Pós-modernidade. In: **Marx no século XXI**. TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

HARVEY, David. O fordismo. In: **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 23. Ed. São Paulo: Loyola, 2012.

LENIN, Vladimir Ilich. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2010.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. In: **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Conversando com Lukács**: entrevista a Léo Koefler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holtz. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

_____. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.

_____. Prefácio de 1967. In: **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003b.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Valor, trabalho e mais-valia: o confronto entre trabalho e capital. In: **O leitor de Marx**. NETTO, José Paulo (org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro III. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Capítulo VI inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1980.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

PADILHA, Valquíria. **Shopping Center**: a catedral das mercadorias e do lazer reificado. 2003. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000305033&opt=1>>. Acesso em: 14 de agosto de 2014.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. Coleção Teoria e História. São Paulo: Polis, 1987.

SARAMAGO, José. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.